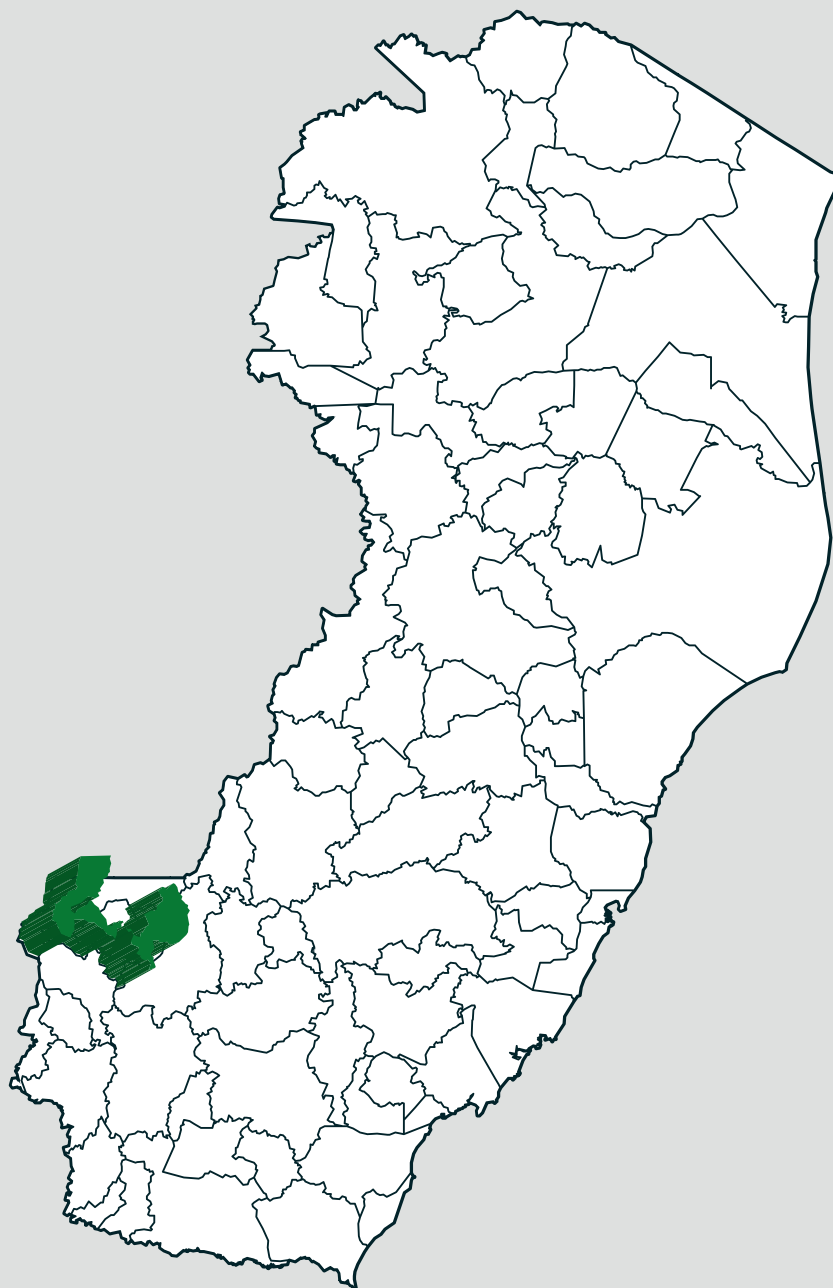


Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural PROATER 2020 – 2023

IÚNA



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	2
2. O QUE É O PROATER.....	3
3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	6
3.1. Localização do município	6
3.2. Distritos e principais comunidades	6
3.3. Aspectos históricos de ocupação e formação do município	8
3.4. Aspectos demográficos e populacionais.....	10
3.5. Aspectos econômicos.....	11
3.6. Aspectos naturais.....	12
3.6.1. Caracterização das Zonas Naturais	16
3.6.2. Caracterização agroclimática	17
3.6.3 Cobertura florestal	19
3.6.4. Caracterização hidrográfica do município	22
3.7. Aspectos sociais, de ocupação do território e tipo de agricultura	22
3.8. Principais atividades econômicas desenvolvidas em territórios rurais e pesqueiros.....	28
3.8.1. Principais atividades de produção vegetal	29
3.8.2. Principais atividades de produção animal	32
3.8.3. Principais atividades de exploração sustentável de espécies nativas	33
3.8.4. Produção Agroecológica e Orgânica.....	33
3.8.5. Principais Agroindústrias Familiares	34
3.9. Comercialização.....	35
3.10. Turismo rural	36
4. DIAGNÓSTICO MUNICIPAL PARTICIPATIVO.....	41
5. PLANEJAMENTO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO DO INCAPER	50
6. REFERÊNCIAS	64
7. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA.....	66

1. APRESENTAÇÃO

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é o instrumento de gestão das ações que o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incapér) desenvolve em prol dos agricultores familiares do Espírito Santo. Esse importante documento permite que o Instituto atue de maneira planejada e eficaz, a fim de realmente atender aos anseios e às necessidades da agricultura familiar do Espírito Santo.

O documento contém, entre outras informações, a programação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater a serem realizadas nos 77 municípios capixabas (excetua-se Vitória). Tais ações visam promover a produção sustentável, agregação de valor, geração de renda, organização social, diversificação, inclusão social e manejo sustentável dos recursos naturais.

O Proater foi construído por meio de diagnósticos e planejamentos participativos que envolveram agricultores, lideranças, gestores públicos, técnicos, extensionistas, pesquisadores e muitos outros representantes da agricultura familiar capixaba, que contribuíram nas reflexões e sugestões de melhorias para o meio rural.

Este documento está dividido em duas partes. A primeira traz um diagnóstico de cada município com informações acerca da caracterização e realidade local, como os aspectos históricos, demográficos, naturais, sociais e econômicos. Traz também o resultado das oficinas participativas realizadas em conjunto com todos os envolvidos. A segunda consiste no planejamento das ações, resultante de uma análise técnica feita pelo Incaper que considerou: as discussões participativas, os aspectos institucionais, as linhas de atuação do Incaper e suas coordenações técnicas. Tudo de maneira a adequar as ações previstas à realidade e às necessidades dos agricultores de cada município.

Dessa maneira, o documento desponta como ferramenta basilar para que o Governo do Estado direcione suas ações estratégicas de planejamento, buscando alternativas e ações que causem impactos positivos no desenvolvimento rural.

A consolidação do Proater norteia as ações que visam promover a produção sustentável, contemplando todos os aspectos que esse conceito permeia: economicamente viável, ambientalmente correta e socialmente justa. É assim que o Incaper trabalha: cultivando atitudes sustentáveis.

Cleber Bueno Guerra

*Diretor Administrativo-
Financeiro do Incaper*

Sheila Prucoli Posse

*Diretora-técnica do
Incaper*

Antonio Carlos Machado

*Diretor-Presidente do
Incaper*

2. O QUE É O PROATER

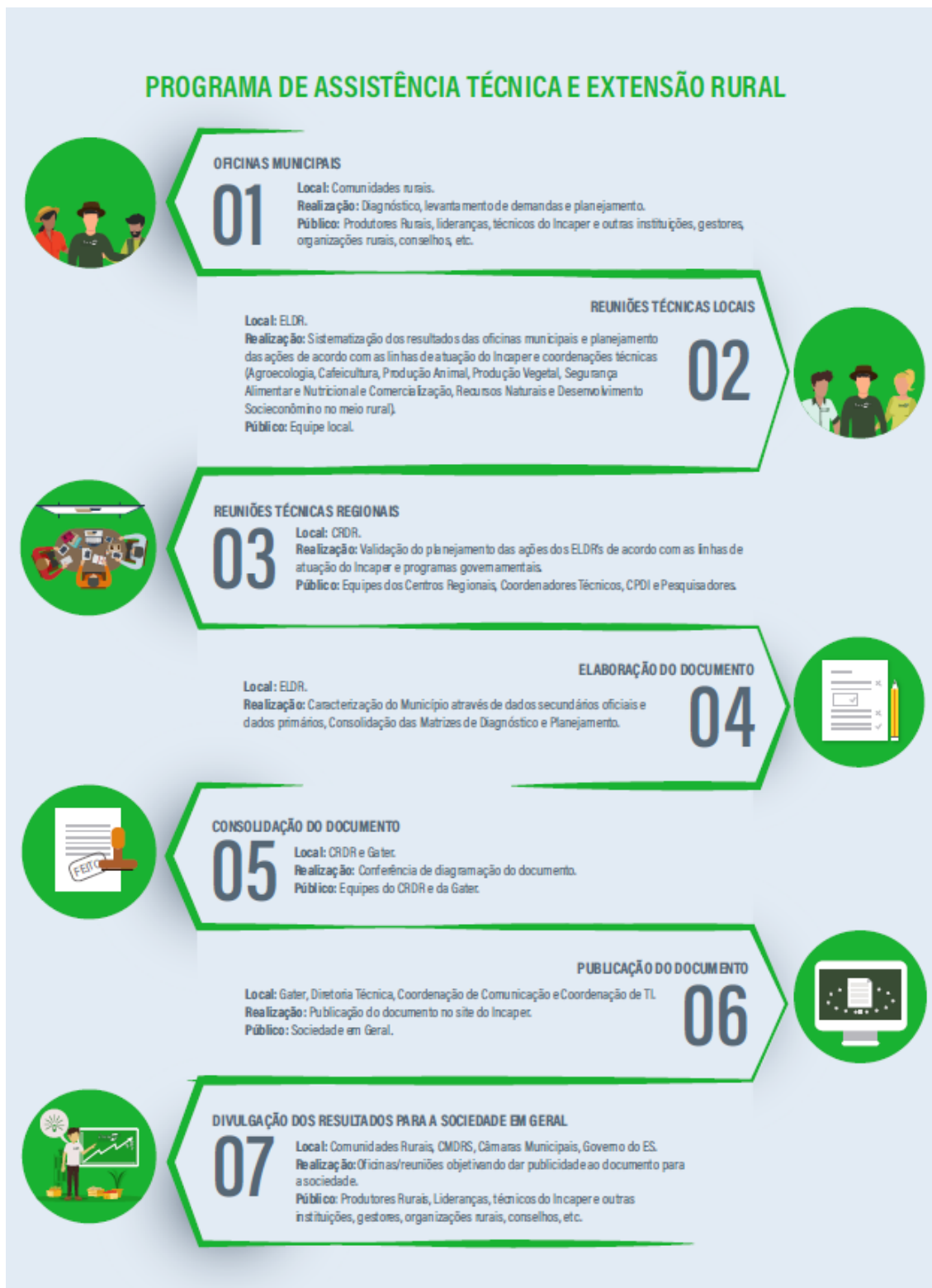


Figura 1. Infográfico do Programa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater. Fonte: Elaborado pela Coordenação de Tecnologia de Informação do Incaper, 2020.

O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Proater é um instrumento norteador das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater que serão desenvolvidas e direcionadas aos agricultores e às agricultoras familiares capixabas, povos e populações tradicionais. A programação está respaldada em diagnósticos e planejamentos participativos, para cuja concepção agricultores, lideranças, gestores públicos e técnicos contribuíram ativamente.

Mais do que um instrumento de gestão, o Proater tem como grande desafio contribuir para o desenvolvimento rural sustentável com foco em ações para fortalecer nosso público prioritário: os agricultores e as agricultoras familiares e os povos e populações tradicionais. As ações de Ater ora planejadas são vistas como um processo educativo não formal, emancipatório e contínuo. Assim, a melhoria da qualidade de vida é o grande norte e direcionamento dos esforços dos agentes de Ater envolvidos no processo.

A metodologia utilizada para a realização deste programa está baseada nos princípios de uma práxis extensionista, dialógica, participativa e emancipadora. Dessa forma, o público participante (agricultores e agricultoras familiares, povos e populações tradicionais, agentes públicos e agentes políticos, entre outros) se envolveu ativamente em todos os processos, discutindo e refletindo sobre suas realidades de vida, os anseios e as possibilidades de mudança.

A adoção de metodologias participativas de Ater para a condução dos trabalhos deste programa busca, além de um diagnóstico que realmente reflita a realidade vivida pelos rurais, aprimorar a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública.

A prática utilizada nos diversos encontros com os participantes está baseada em técnicas e métodos de Diagnóstico Rural Participativo – DRP, nos quais o diálogo e o respeito são pontos fundamentais para o entendimento coletivo de determinadas percepções.

O Incaper, no município de Lúna, em consonância com as orientações da Política Nacional de Ater, utilizou, para a elaboração do Proater 2020, prioritariamente, metodologias participativas, possibilitando aos agricultores e suas famílias, lideranças e instituições transformarem-se em sujeito do seu processo de desenvolvimento, valorizando os diversos e diferentes saberes e o intercâmbio de experiência que permitam a ampliação da cidadania e inclusão social.

Para que as atividades de apoio ao nosso público prioritário tenham sucesso e sejam, realmente, fonte de melhoria da qualidade de vida, é preciso uma ação recíproca entre aqueles atores que estão em constante interação com o meio rural, visando uma rica

sintonia entre agricultores e agricultoras familiares, povos e populações tradicionais e as instituições, através de um trabalho integrado e consciente da responsabilidade de cada um. Tendo isso como ponto de partida, pretendeu-se auxiliar na interação e concentração de esforços em temas prioritários e promotores de desenvolvimento, que foram desvendados e demandados pelas comunidades e lideranças através de metodologias participativas.

Com todos os diagnósticos e planejamentos realizados, numa integração Pesquisa e Ater, foram realizadas reuniões de interpretação e validação com toda a equipe do Escritório Local de Desenvolvimento Rural (ELDR) do Incaper de Iúna e pesquisadores do Instituto, nas quais foi elaborado um planejamento de ações necessárias, e todo o material produzido foi sistematizado neste documento.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

3.1. Localização do município

Lúna está localizado à latitude Sul de 20° 20' 53" e longitude Oeste de Greenwich, de 41° 32' 01", na região Sul do estado do Espírito Santo, a 180 km de sua capital – Vitória. O município ocupa uma área de 460,522 km², limitando-se com os municípios capixabas de Irupi, Ibatiba, Muniz Freire, Ibitirama, e com os mineiros de Alto Caparaó, Martins Soares, Alto Jequitibá, Manhumirim, Durandé e Lajinha. Está inserido nas bacias hidrográficas do Rio Itapemirim e Rio Doce.

3.2. Distritos e principais comunidades

Segundo informações constantes no site da Prefeitura municipal de Lúna, o município é composto por 5 distritos e 67 principais comunidades (Figura 2 e Quadro 1).

O distrito Lúna (Sede) localizado na sede do município, é o distrito com maior número de habitantes. O distrito de Nossa Senhora da Graças é o distrito mais próximo da sede. O distrito de Trindade faz divisa com Ibitirama, possui pecuária leiteira relativamente importante e produção de café arábica. São João do Príncipe é o distrito mais distante da sede do município e caracteriza-se pela produção de cafés especiais e pela presença de belas cachoeiras com alto potencial turístico. O distrito de Pequiá está localizado na região mais baixa do município na divisa com Minas Gerais, sendo a maior aglomeração urbana depois da sede, já em sua área rural destaca-se a pecuária leiteira e a produção de café conilon.

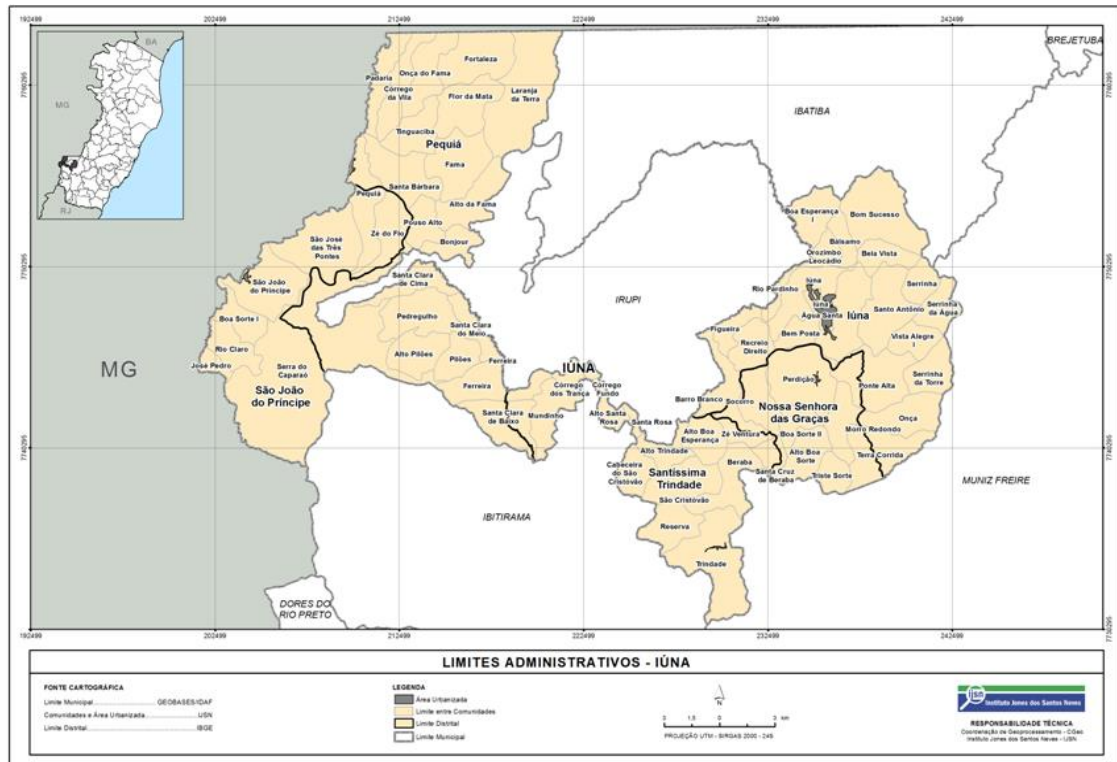


Figura 2. Mapa dos Distritos e principais comunidades do município de Iúna/ES, 2020.
 Fonte: IJSN (2012).

Quadro 1. Relação de distritos e comunidades pertencentes ao município de Iúna-ES.

Distritos	Comunidades
Iúna (Sede)	Iúna, Bom Sucesso, Orozimbo Leocádio, Bálsamo, Boa Esperança I, Rio Pardinho, Terra Corrida, Figueira, Bem Posta, Água Santa, Recreio Direito, Serrinha da Torre, Vista Alegre I, Onça, Serrinha, Bela Vista, Santo Antônio, Serrinha da Água, Ponte Alta e Barro Branco
Nossa Senhora das Graças	Perdição, Triste Sorte, Alto Boa Sorte, Morro Redondo, Socorro e Boa Sorte II
Santíssima Trindade	Trindade, Reserva, Uberaba, São Cristóvão, Cabeceira do São Cristóvão, Alto Trindade, Santa Cruz de Uberaba, Córrego Fundo, Alto Boa Esperança, Mundinho, Alto Santa Rosa, Zé Ventura, Santa Rosa, Córrego dos Trança
São João do Príncipe	São José das Três Pontes, São João do Príncipe, Zé do Fio, Serra do Caparaó, Boa Sorte I, Rio Claro, José Pedro
Pequiá	Pequiá, Santa Clara de Cima, Flor da Mata, Alto da Fama, Fortaleza, Laranja da Terra, Santa Bárbara, Padaria, Córrego da Vila, Tinguaciba, Onça do Fama, Pouso Alto, Bonjour, Fama, Pedregulho, Santa Clara de Baixo, Santa Clara do Meio, Ferreira, Pilões, Alto Pilões

Fonte: IJSN, 2012.

3.3. Aspectos históricos de ocupação e formação do município

Originalmente pertencente ao município de Vitória e habitado inicialmente pelos índios “puris” e “botocudos”, o território de Lúna (antiga Vila do Rio Pardo), foi desbravado a partir de 1814 devido à abertura da Estrada Real São Pedro de Alcântara, por determinação do Comandante Francisco Alberto Rubim o então Governador da Capitania do Espírito Santo.

O início do povoamento é marcado pela inauguração do Quartel do Rio Pardo no dia 24 de outubro de 1815, pelo Coronel Ignácio Pereira Duarte Carneiro. Os quartéis foram estabelecidos para manutenção da estrada real e segurança aos seus transeuntes. A distância entre os quartéis era de 3 léguas (aproximadamente 21 km).

Existindo muitos grupos de índios puris espalhados pelo território, principalmente na região de São João do Príncipe, foi criado em 23 de abril de 1825 o Aldeamento Imperial do Rio Pardo, sendo nomeado seu primeiro diretor o alferes Joaquim Antônio Rodrigues Justo.

Em 1845 foi inaugurada a primeira capela e cemitério, dedicados a São Pedro de Alcântara, construídos pelos índios puris liderados pelo missionário italiano frei Paulo de Casanova, da ordem dos capuchinhos. O maior incentivador dessas primeiras obras foi o 1º Barão de Itapemirim (Joaquim Marcelino da Silva Lima).

Conhecido como “Sertão do Leste”, o extenso território banhado pelo Rio Pardo e seus afluentes, foi lentamente colonizado por fazendeiros que deixavam a Província de Minas Gerais e se aventuravam pela Estrada Real São Pedro de Alcântara. Algumas famílias eram impulsionadas pelo espírito desbravador, outras, deixavam Minas por razões políticas (revolta de Teófilo Ottoni) e algumas por terem recebido do Imperador D. Pedro II as sesmarias de terras após a Guerra do Paraguai.

Dentre as famílias que chegaram nesse período, podemos citar: Ferreira Valle, Ferreira da Costa (Laje), Mariano Pereira (Osório Pereira), Castro, Silveira, Almeida, Ribeiro de Almeida, Justo, Leite, Machado, Florindo de Freitas, Toledo, Ferreira de Amorim (Tebas), Nunes de Oliveira, Moraes, Teixeira, Amorim, Oliveira, Goulart de Almeida, Trindade, Lima, Barros, Gonçalves, Fonseca, Gomes, Rios, Lima e Monteiro.

No dia 02 de outubro de 1855 o alferes José Joaquim Ferreira Valle e sua esposa fizeram a doação do terreno para início do povoado, visando a construção da nova capela e o novo cemitério. Em 1858 Frei Bento di Gênova liderou a construção da Capela de Nossa Senhora da Pureza, que foi elevada à categoria de Matriz em 1859, quando, pela Lei Provincial nº 10 foi criada a Freguesia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo.

A imigração italiana teve início em 1872 quando dois irmãos: Giuseppe e Raffaello D'Amico deixaram a pequena cidade de Castelluccio Superiore, região da Potenza e se transferiram para Rio Pardo. Iniciaram com fazendas de gado, mas percebendo a rentabilidade do café, foram os responsáveis pela introdução da cultura cafeeira na região, com os primeiros plantios. O lucro da cafeicultura possibilitou a abertura das primeiras casas comerciais de café.

O período de 1875 a 1879 marca um forte fluxo migratório, quando dezenas de famílias deixaram Castelluccio Superiore e Castelluccio Inferiore e migraram para Rio Pardo. Dentre estas destacam-se: D'Amico (Amigo), Scardino (Scardini), Lofiego (Lofêgo), Vivacqua, De Biase, Bevilacqua, Pôncio, Crispino (Chrispim), Pagano (Pagani), Flora, Carlomagno (Carlomanho), Ippolitto (Hypolito), La Banca (Labanca), Milione, Martorano, Noia, Celano, Limongi, Fittipaldi, Peluso, Pinto, Conte (Conde), Bazzarella, Tomaz (Tomazzi), Rossi e Saletto.

Famílias de outras localidades italianas também migraram para o município, como o Barão Giuseppe Gallotti (de Casaletto Spartano), Parente, Pividori (Pevidor), Bendia, Bertolini, Furieri, Quarto, Prottes, Cassini, Henriques, Vimercati, Rampin, Marcon, Viotti, Salotto, Sartori, Oggioni, Cosentino, Colleta, Finamore.

No final do século XIX e início do século XX houve a chegada de outros grupos: austríacos (Rein, Cousaquevit, Cousaqueve, Montemor); suíços (Roncen de Ponce, Suíço); franceses (Lamy); ingleses (Johnston); alemães (Hubner, Sathler, Emmerich, Eller, Heringer, Von Randow, Raider, Wenzel); espanhóis (Ruiz, Lopez, Salles); libaneses e turcos (Antônio, Mansur, Amar, Trad, Amim, Tanure, Alcure, Chequer, Bou-Habib, Abikahir).

O território que compõe o atual município de Iúna pertenceu inicialmente ao município de Vitória. Alcançando um modesto progresso, o Arraial de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, foi elevado à categoria de Distrito por Lei Provincial do dia 14 de julho de 1859.

Em 23 de julho de 1862 o Distrito de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo foi anexado ao novo município de Viana, ao qual esteve subordinado até 25 de março de 1867, quando foi transferido administrativamente para o município de Cachoeiro de Itapemirim, do qual se desmembrou em 1890.

O município da "Villa do Rio Pardo" foi criado pelo Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado, promulgada no dia 11 de novembro de 1890, tendo além da sede, dois distritos: Santa Cruz e São Manoel do Mutum. A instalação ocorreu em 03 de março de 1891, quando foi eleito seu primeiro Conselho de Intendência. A Comarca de Rio Pardo foi criada em 12 de novembro de 1890.

Com a reforma política no Brasil em 1914, o Conselho de Intendência passou a denominar-se Câmara Municipal e separou-se o legislativo do poder executivo, quando então foi eleito o primeiro prefeito, o Cel. José Antônio Lofêgo. O nome do município do Rio Pardo foi alterado por decreto estadual em 31 de dezembro de 1943 para “Lúna”, palavra de origem indígena que significa “águas pardas”.

O maior impulso econômico deveu-se à abertura e construção da BR-262, no final dos anos 60, que ligava Vitória a Belo Horizonte, além das rodovias estaduais que passam no território de Lúna. A abertura e a construção dessas rodovias, além das estradas e caminhos, sem critérios ambientais, em nome de um suposto desenvolvimento econômico, induziram o processo de degradação do sistema natural nesse território, além de alterar de forma marcante, o fluxo das águas das bacias e sub-bacias hidrográficas por onde elas transpassavam.

3.4. Aspectos demográficos e populacionais

Em pesquisa realizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgada no Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, Lúna ocupa em relação ao Espírito Santo, o 59º lugar (0,66) no ranking do I.D.H. - Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/2010). Os índices avaliados foram: longevidade, mortalidade, educação, renda e sua distribuição.

Ainda de acordo com os dados fornecidos pelo IBGE, em 2010 o município contava com uma população total de 27.328 habitantes (Tabela 1), sendo que 42,84% da população habitava suas áreas rurais. Considerando apenas a população residente no meio rural (11.708 habitantes), o percentual de mulheres rurais no Município de Lúna é de 47,32%, ou seja, a população feminina é de 5.540 habitantes e a masculina de 6.168. Observa-se o predomínio de pessoas na faixa etária de 30 a 59 anos (38,06%). Os jovens de 15 a 29 anos representam 27,23% da população rural. Já as crianças, na faixa etária de 0 a 14 anos, compreendem 27,96% da população, e por fim, a população idosa é de 1.023 habitantes, representando 8,74% da população rural (IBGE 2010).

Tabela 1. População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio Rural/Urbana do município de Lúna/ES, 2010.

Idade	Situação do Domicílio X Sexo					
	Total		Urbana		Rural	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	13640	13.688	7.472	8.148	6.168	5.540
0 a 14 anos	3.674	3.650	1.989	2.062	1.685	1.588
15 a 29 anos	3.747	3.644	2.082	2.121	1.665	1.523
30 a 59 anos	5.115	5.174	2.732	3.101	2.383	2.073
60 a 69 anos	764	792	427	517	337	275
70 anos ou mais	590	676	369	486	221	190

Fonte: IBGE – Censo Demográfico, 2010.

De acordo com dados da Coordenação de Estudos Sociais (CES) do Instituto Jones dos Santos Neves, em Lúna existe um total de 1.870 indivíduos em extrema pobreza, cuja renda per capita das famílias, entre os anos de 2015 a 2019, não era superior a R\$ 89,00. Deste total, cerca de 45,34% residiam no meio rural (Tabela 2)

Tabela 2. Situação de pessoas extremamente pobres, que têm a renda per capita de até R\$ 89,00, no Município de Lúna, entre 2015 a 2019.

Município	Número de Indivíduos		
	Total	Urbano	Rural
Lúna	1.870	1.021	848

Fonte: IJSN - Coordenação de Estudos Sociais – CES, 2019.

3.5. Aspectos econômicos

As atividades econômicas de Lúna concentram-se em seu setor de serviços, que representa 45,99% do produto interno bruto do município. As atividades agropecuárias representam

19,47% do PIB do município (Tabela 3), com renda per capita de R\$ 13.766,75 reais e ocupa 31,78% da população do município. Este valor ganha maior significado se comparado ao valor da população ocupada no mesmo setor do Espírito Santo que, segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010, era de 10,16% de seu total.

Tabela 3. Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Iúna/ ES: valor adicionado bruto a preços correntes, 2017.

ATIVIDADE ECONÔMICA	PORCENTAGEM EM
Agropecuária	19,47
Indústria	4,68
Serviços – Exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social	45,99
Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social	29,83

Fonte: IBGE – Cidades

3.6. Aspectos naturais

O município localiza-se em região de topografia acidentada, sendo atravessado pela serra do Caparaó, a oeste, junto à divisa com Minas Gerais; serra do Desengano, ao sul; serra do Valentim, a leste; e serra do Criciúma, ao norte.

O relevo do município varia de fortemente ondulado a montanhoso.

Os altos graus de diversidades ambientais no Estado do Espírito Santo são marcados pelos contrastes apresentados pelas diferenciações entre o clima, as paisagens, os solos e as espécies de plantas e animais em um espaço relativamente pequeno, representando aproximadamente 0,5 % da área do território brasileiro.

Há grande variação de altitudes em poucos quilômetros, como por exemplo, a que acontece na Região Sul: começa nas montanhas do Caparaó, de paisagem predominantemente acidentada, passando por paisagens formadas nos platôs litorâneos (terciário ou tabuleiros), onde predominam ondulações suaves, até chegar às falésias, junto ao mar.

Iúna possui 13,4% de sua área com remanescentes florestais da Mata Atlântica, o equivalente a 6.170 ha (IEMA, 2018). Aproximadamente 7.709 ha do Parque Nacional do Caparaó encontram-se no município (Figura 3).



Figura 3. Parque Nacional do Caparaó
Fonte: Fornecido do Arquivo do IEMA.

O Parque está localizado na Serra do Caparaó, uma das mais representativas áreas de preservação da Mata Atlântica em território capixaba. Guarda amostras singulares de campos de altitude (tipo de vegetação peculiar, cujas características são fortemente influenciadas pelas condições de solo, clima e altitude do maciço do Caparaó), relevante patrimônio geológico, além de proteger nascentes de três importantes bacias hidrográficas (Rios Itabapoana, Itapemirim e Doce) e diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção da fauna e flora.

O município também possui em seu território 3 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), uma localizada na comunidade de Serrinha da Torre na Sede, chamada de RPPN Alto da Serra com 10,2 ha (Figura 4).



Figura 4. RPPN Alto da Serra.
Fonte: Fornecido do Arquivo do IEMA.

A segunda na comunidade de Santo Antônio também na Sede do município, chamada de RPPN Florindo Vidas com uma área de 1,08 ha (figura 5).



Figura 5. RPPN Florindo Vidas.
Fonte: Fornecido do Arquivo do IEMA.

A terceira está localizada entre os municípios de Iúna e Muniz Freire, a RPPN foi criada dentro da propriedade da empresa Mineração Curimbaba Ltda. Intitulada RPPN Toca da Onça e com área de 204,38 ha, sendo considerada a maior RPPN do município, localizada na comunidade da Onça na Sede (Figura 6).



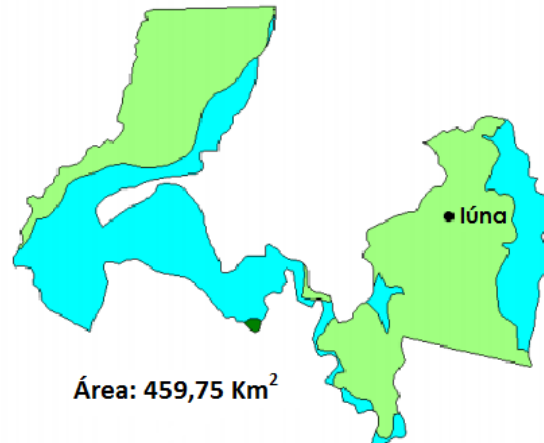
Figura 6. RPPN Toca da Onça.
Fonte: Fornecido do Arquivo do IEMA.

O Estado do Espírito Santo em seu Plano de Desenvolvimento denominado ES 2025, iniciado em 2006 tem como meta a ampliação da cobertura florestal do Espírito Santo de forma sustentável. O Estado do Espírito Santo foi o primeiro a instituir por lei, em 2008, um programa estadual de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), tendo iniciado efetivamente, a sua implantação em 2009. Nesta lei nº 9.864 de 2008 que está fundamentado o Programa Estadual de Ampliação da Cobertura Florestal – Reflorestar.

O Reflorestar objetiva por meio do PSA, o plantio de florestas não só para fins conservacionistas, mas também sempre que couber, o plantio de florestas que conciliam a proteção do solo e da água com geração de renda para os agricultores. Para cumprimento das metas, o estado disponibiliza recursos financeiros e técnicos aos proprietários, além de monitorar a implantação dos projetos técnicos e a evolução do aumento da cobertura florestal. Iúna está entre os municípios priorizados nesse planejamento estratégico, já que sua área de cobertura florestal está bem abaixo do desejado.

3.6.1. Caracterização das Zonas Naturais

A elevada diversidade ambiental no Espírito Santo é marcada pelos contrastes de clima, paisagens, solos e as espécies de plantas e animais. Estas divergências ocorrem num espaço relativamente pequeno, representando cerca de 0,5 % do território brasileiro. As características das terras de lúna são apresentadas na Figura 7.



ZONAS NATURAIS		ÁREA (%)
Zona 1	Terras frias, acidentadas e chuvosas	42,30
Zona 2	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosas	0,20
Zona 3	Terras de temperaturas amenas, acidentadas e chuvosa/seca	57,50

Fonte: Unidades naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999) processada em GIS (FEITOZA, H N, 1998) por SEPLAN/EMCAPER

ZONAS	Temperatura		Relevo Declividade	Nº meses secos ²	Água											
	Média min. Mês mais frio (°C)	Média min. Mês mais quente (°C)			Meses secos, chuvosos/secos e secos ³											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D				
Zona 1: Terras frias, Acidentadas e Chuvosas 	7,3 - 9,4	25,3 - 27,8	>8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 2: Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e Chuvosas 	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	>8%	3,0	U	U	U	U	P	P	P	S	P	U	U	U
Zona 3: Terras de Temperaturas Amenas, Acidentadas e transição Chuvosa/Seca 	9,4 - 11,8	27,8 - 30,7	>8%	4,5	U	U	U	U	P	S	S	S	S	U	U	U

¹ Fonte: Mapa de Unidades Naturais (EMCAPA/NEPUT, 1999);

² Cada 2 meses parcialmente secos são contados como um mês seco;

³ U - chuvoso; S - seco; P - parcialmente seco.

Figura 7. Zonas Naturais de lúna
 Fonte: EMBRAPA, 1999

3.6.2. Caracterização agroclimática

a. Classificação climática

De acordo com a última atualização da Classificação Climática de Köppen e Geiger (1928) feita por Álvares et al. (2014), a cidade de Lúna está classificada com o clima do tipo "Cwb", ou seja, clima temperado quente, com estação seca no inverno. A temperatura média do mês mais quente é inferior a 22 °C e a do mês mais frio é inferior a 18 °C. A precipitação média do mês mais seco é inferior a 60 mm.

b. Caracterização Agroclimatológica

Para fins de definição de aptidão das atividades agropecuárias no município de Lúna, foram utilizados dados de referência das séries históricas de precipitação (1984-2014) obtidas de um pluviômetro instalado no município, pertencente à Agência Nacional de Águas (ANA), localizado sob as seguintes coordenadas geográficas: latitude 20,3458 S, longitude 41,5375 W e altitude de 615 metros acima do nível do mar. Devido à não existência de uma série histórica de temperatura no município, esses dados foram estimados para o mesmo ponto onde encontra-se o pluviômetro através do método de Regressão Linear Múltipla (RLM), utilizando quatro covariáveis preditoras: elevação, latitude, longitude e distância da costa.

b.1. Precipitação

A média anual de precipitação no município de Lúna é de 1.223 mm, sendo sazonalmente dividida em dois períodos. Um chuvoso, entre os meses de outubro a abril, com um total de 1.087,9 mm, o que corresponde a 89% do total acumulado anual e um período menos chuvoso entre os meses de maio a setembro, com um total de 135 mm que corresponde a 11% do total (Figura 8).

b.2. Temperatura

A temperatura média anual no município de Lúna é de 21 °C, com a maior média ocorrendo no mês de fevereiro com 23,8 °C, caracterizando como um mês típico de verão e a menor média ocorre no mês de julho 17,6 °C, período em que ocorrem temperaturas amenas na região (Figura 8). Em relação às temperaturas máximas, os valores oscilam entre 24,5 °C em julho e 30,3 °C em fevereiro. Em relação às temperaturas mínimas, os valores oscilam

entre 11,7 °C em julho e 18,4 °C em dezembro. Considerando os aspectos sazonais de temperatura, o trimestre mais quente do ano normalmente ocorre entre os meses de janeiro, fevereiro e março, sendo observada a maior amplitude térmica somente no mês de agosto. Por outro lado, o trimestre mais frio ocorre normalmente entre os meses de junho, julho e agosto, porém, a menor amplitude térmica é observada apenas no mês de novembro.

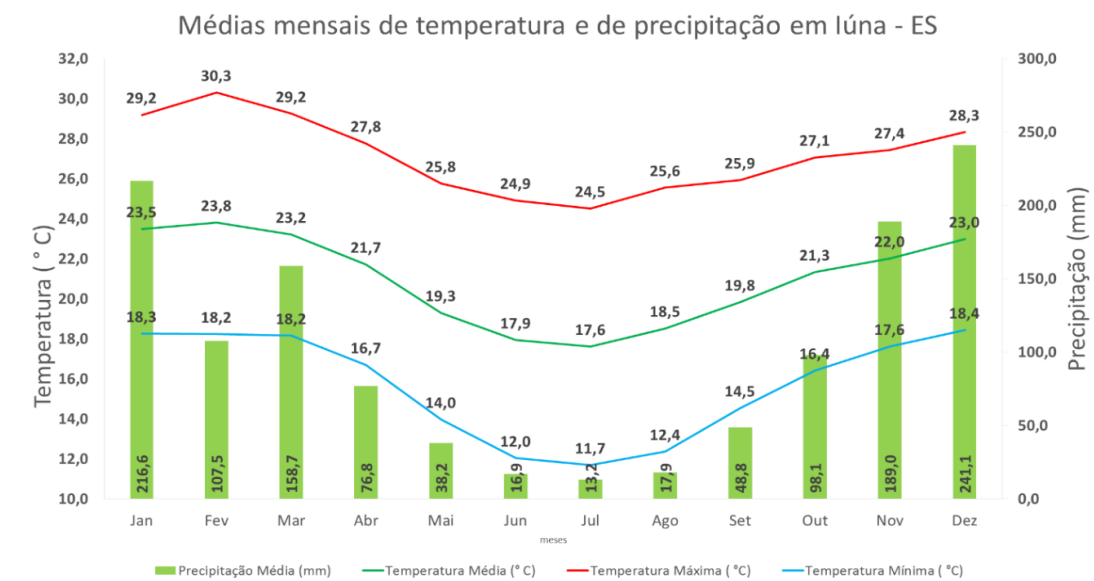


Figura 8. Distribuição média anual de precipitação (mm) e temperaturas médias, máximas e mínimas (°C) em Lúna.

Fonte: Elaborados pela Coordenação de Meteorologia do INCAPER.

c. Disponibilidade Hídrica Anual

Com o objetivo de determinar o padrão da disponibilidade hídrica na região, foi adotado o valor de 100 mm para a capacidade de água disponível no solo (CAD), levando em consideração o perfil de textura média dos solos e da profundidade efetiva do sistema radicular, das principais culturas agrícolas produzidas no município.

Extrato do Balanço Hídrico Climatológico mensal em Lúna - ES

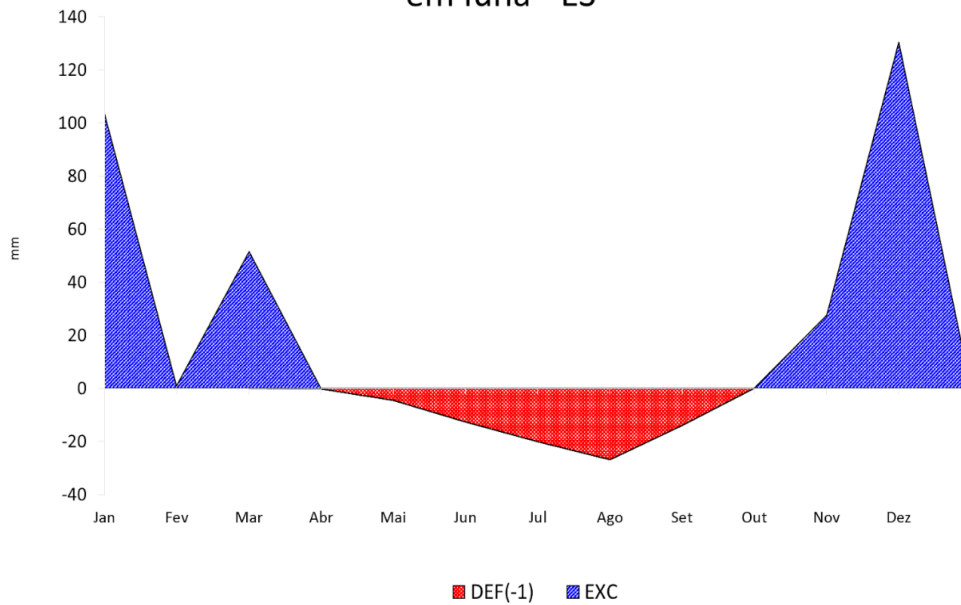


Figura 9. Extrato do balanço hídrico climatológico para Lúna.
Fonte: Elaborados pela Coordenação de Meteorologia.

O Balanço Hídrico Climatológico no Município de Lúna apresenta duas épocas distintas em relação ao armazenamento de água no solo (Figura 9). Entre os meses de abril e setembro, a deficiência hídrica acumulada é de aproximadamente 78 mm, sendo observado o maior déficit no mês de agosto, com uma média de 27 mm. A partir de outubro, o aumento das chuvas é suficiente para provocar a reposição hídrica de água no solo, por esta razão há um equilíbrio no saldo da contabilidade hídrica. Assim no mês seguinte, de novembro até março é observado excedente hídrico na região com somatório de aproximadamente 314 mm, sendo observado o maior excedente no mês de dezembro, com uma média de 130 mm. A exceção do período fica por conta do mês de fevereiro quando a diminuição das chuvas e o aumento da temperatura, ocasiona a retirada de água do solo provocando significativa diminuição do excedente hídrico que no mês seguinte já é recuperada.

3.6.3 Cobertura florestal

O Atlas da Mata Atlântica (IEMA 2017) faz uma análise comparativa de remanescentes florestais, categorias de uso do solo, associadas e com oportunidade para conversão para uso florestal, identificadas nas classificações de uso do solo feitas sobre as imagens obtidas nos anos de 2007/2008 e 2012/2013/2014 para o município de Lúna.

No município de Iúna, as informações obtidas a partir da análise comparativa dos remanescentes florestais mostram que a categoria Mata Nativa aumentou 0,1% (45,0 ha), enquanto que as categorias Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração, Macega e Pastagem tiveram redução de 0,6% (244,2 ha), 0,8% (369,2 ha) e 2,0% (930,9 ha), respectivamente.

Principal atividade agrícola do município de Iúna, o café foi identificado em 27,7% do território nas imagens obtidas nos anos entre 2012 e 2014, sendo verificada redução de 162,1 ha nas áreas cultivadas com essa atividade. Com 965,7 ha de aumento de área cultivada, a eucaliptocultura foi a única que apresentou aumento expressivo no município.

Para a categoria Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração, verificou-se que 75,6% mantiveram a mesma classificação nos dois mapeamentos, enquanto 8,0%; 4,3%; 3,9% e 8,2% haviam sido classificados anteriormente como respectivamente, Macega, Café, Pastagem e Outros. A transição da categoria Café para Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração, pode indicar abandono permanente ou temporário da cultura ou ainda, a conversão da monocultura para cultivos diversificados como os sistemas agroflorestais.

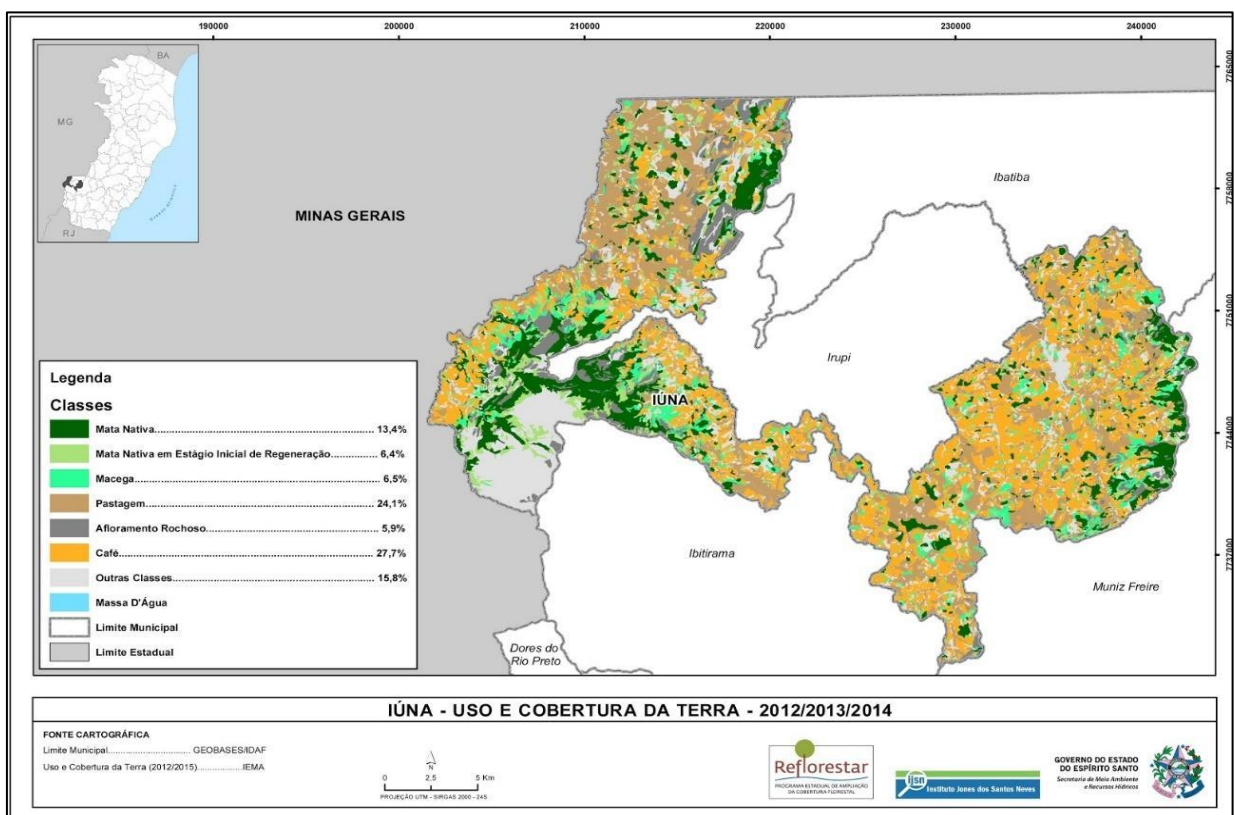


Figura 10. Mapa da situação de Uso e cobertura da Terra no Município de Iúna, 2012/2013/2014
 Fonte: IEMA – Atlas da Mata Atlântica, 2018.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 50,13% das propriedades do município possuem Matas ou Florestas naturais destinadas à preservação Permanente ou reserva legal e mais de 13% dos estabelecimentos possuem Matas ou Florestas Plantadas (Tabela 4).

Tabela 4. Número de estabelecimentos agropecuários, tipo de agricultura, por utilização das terras, do Município de Lúna/ ES, 2017.

Utilização da Terra	Total de Estabelecimento	Estabelecimento Agricultura Não Familiar	%	Estabelecimento Agricultura Familiar	%
Lavouras - permanentes	1644	413	25,12	1231	74,88
Lavouras - temporárias	232	88	37,93	144	62,07
Lavouras - área para cultivo de flores	7	-	-	7	100
Pastagens - naturais	5	5	100	-	-
Pastagens - plantadas em boas condições	657	209	31,81	448	68,19
Pastagens - pastagens plantadas em más condições	47	13	27,66	34	72,34
Matas ou florestas - matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	955	285	29,84	670	70,16
Matas ou florestas - matas e/ou florestas naturais	15	3	20	12	80
Matas ou florestas - florestas plantadas	235	96	40,85	139	59,15
Sistemas agroflorestais - área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastoreio por animais	12	1	8,33	11	91,67
Lâmina d'água, tanques, lagos, açudes, área de águas públicas para aquicultura, de construções, benfeitorias ou caminhos, de terras degradadas e de terras inaproveitáveis	1887	551	29,20	1336	70,80

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 2017.

3.6.4. Caracterização hidrográfica do município

O município está inserido nas bacias hidrográficas do Rio Itapemirim e Rio Doce, tendo como principais rios, respectivamente: Córrego da Anta, Ribeirão da Perdição, Córrego Bonsucesso, Córrego Recreio Direito, Córrego Jatobá, Rio Pardinho, Rio Pardo, Rio Santa Clara, Claro, Rio Pedregulho e Rio José Pedro, que é um afluente da margem direita do Rio Manhuaçu, localizado em Minas Gerais.

3.7. Aspectos sociais, de ocupação do território e tipo de agricultura

Os aspectos fundiários de um município refletem, a grosso modo, a forma como a terra está sendo distribuída entre as pessoas e os grupos. Os módulos fiscais variam de município para município, levando em consideração principalmente, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante e o conceito de propriedade familiar. No município de Lúna/ES o módulo fiscal equivale a 20 hectares.

A estrutura fundiária de Lúna retrata o predomínio das pequenas propriedades. A predominância da agricultura no município é a familiar, sendo que dos estabelecimentos cerca de 71 % são de Agricultores Familiares (Tabela 6 e Figura 11).

Tabela 6. Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia, Lúna/ ES, 2017.

Grupos de área total	Número Estabelecimento		Área (Hectares)	
	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Mais de 0 a menos de 3 ha	195	362	181	565
De 3 a menos de 10 ha	135	711	806	3909
De 10 a menos de 50 ha	153	260	3717	5252
De 50 a menos de 100 ha	38	18	2714	1031
De 100 a menos de 500 ha	29	0	2369	0
De 500 a menos de 1.000 ha	2	0	-	0
Produtor sem área	141	95	0	0
Total	552	1351	9787	10757

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017

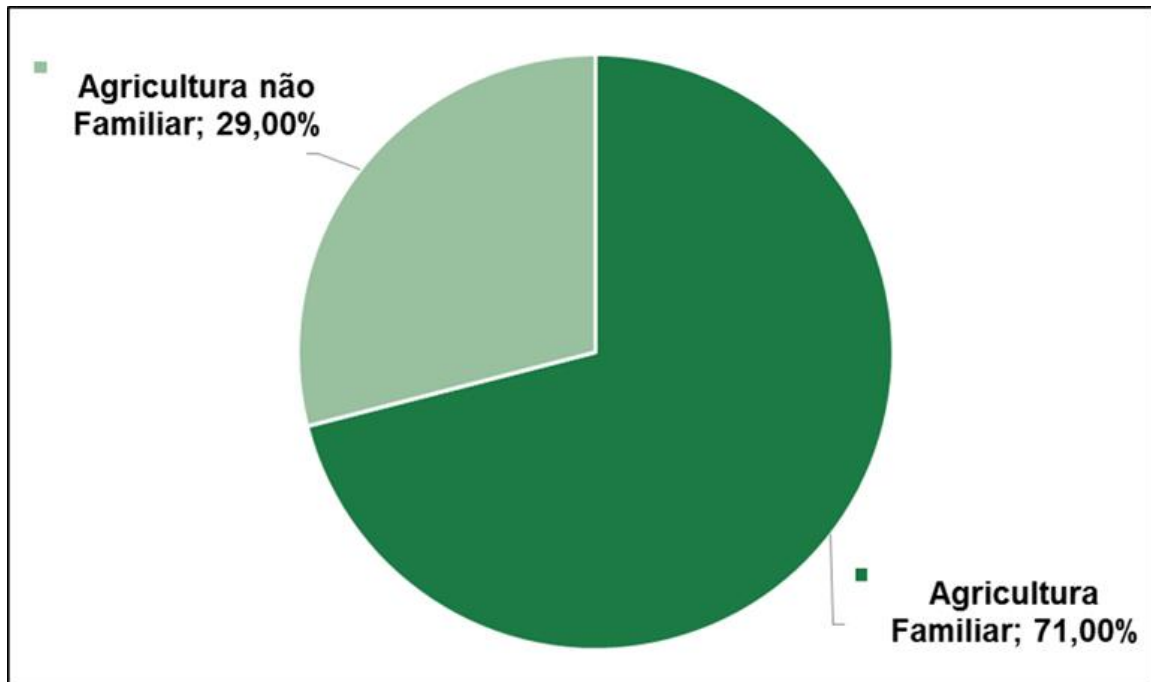


Figura 11. Número de estabelecimentos por tipologia de agricultura no município de Lúna/ ES, 2017
Fonte: IBGE – Censo Agropecuário

Assentamentos Rurais

Lúna não possui assentamentos (Estadual/Federal), possui 10 associações cujos beneficiários adquiriram suas propriedades através dos programas governamentais (Banco da Terra/Crédito Fundiário) conforme Quadro 2.

Quadro 2. Assentamento e/ou Associação contemplada, existentes no município de Iúna/ES, 2020.

Nº	Nome do Assentamento ou Associação Contemplada	Modalidade*	Nº de Famílias assentadas ou beneficiadas
1	ATRAFI-ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES	Banco da Terra	20
2	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO BONSUCESSO	Crédito fundiário	15
3	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DA PRIMEIRA TERRA CAPARAÓ	Crédito fundiário	10
4	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE POÇO FUNDO	Crédito fundiário	12
5	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES IRMÃOS E PRIMOS	Crédito fundiário	4
6	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES STUQUIM	Crédito fundiário	3
7	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES BELA VISTA	Crédito fundiário	9
8	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO CÓRREGO CAITÉ	Crédito fundiário	4
9	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DA PRIMEIRA TERRA DO CAPARAÓ	Crédito fundiário	10
10	ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO CÓRREGO DA PONTE ALTA	Crédito fundiário	5

Fonte: INCAPER/ELDR de Iúna, UTE/IDAF, SEAG, INCRA.

Comunidades Tradicionais

A colonização do território do município de Iúna, se iniciou no período compreendido entre 1865 a 1870, com a chegada de diversas famílias de origem portuguesa. Já em 1872 chegaram os primeiros italianos e também no final da década de 19 e início da década de 20 chegaram as famílias de origem francesa, alemã e suíça. A partir da década de 20, famílias libanesas chegaram ao município. Não existem comunidades específicas, já que estão espalhados por todo o município. Apesar de todo seu histórico, comunidades indígenas e quilombolas não são reconhecidas no território iunense.

Organizações da sociedade civil e cooperativismo

A cultura da cooperação está baseada em conceitos e valores humanísticos como a solidariedade, confiança e organização funcional de grupos e cria condições para que os agricultores familiares cada vez mais se articulem entre si ou entre entidades que favoreçam sua atividade produtiva. Em Iúna além do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Sindicato Rural Patronal, existem atualmente 21 entidades associativas (Quadro 3), além de grupos informais.

Quadro 3. Organizações rurais existentes no município de Iúna, 2020.

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	SITUAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
1	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iúna e Irupi	Iúna sede		Ativa	Qualificação profissional Marcha Margarida Encontro Municipal das Mulheres Projetos para desenvolvimento das comunidades Qualificação profissional
2	Associação Comunitária de Bonsucesso	Bonsucesso	20	Ativa	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
3	Associação Comunitária de Rio Pardinho	Rio Pardinho	20	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
4	Associação dos Feirantes de Iúna.	Iúna sede	20	Ativa	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	SITUAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
5	Associação Comunitária do Rio Claro	Rio Claro	25	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
6	Associação Comunitária de Terra Corrida	Terra Corrida	22	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
7	Associação Comunitária de Nossa Senhora das Graças	Nossa Senhora das Graças	-	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
8	Associação Comunitária de Trindade	Trindade	25	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
9	Associação de Pequiá	Pequiá	80	ativa	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
10	Associação de Santa Clara de São Sebastião	Santa Clara de São Sebastião	20	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
11	Associação de Boa Sorte Santa Clara	Boa Sorte Santa Clara	20	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
12	Associação de Boa Sorte Morro Redondo	Morro Redondo	25	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
13	Associação de Barro Branco	Barro Branco	-	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
14	Associação de Fazenda Alegria	Fazenda Alegria			Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
15	Associação de Alto Trindade	Alto Trindade	25	-	Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional
16	Associação da Figueira	Figueira	20		Projetos para desenvolvimento da comunidade Qualificação profissional

Nº	NOME DA ORGANIZAÇÃO	LOCAL DA SEDE	Nº DE SÓCIOS	SITUAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES COLETIVAS DESENVOLVIDAS
17	Íluna Cafés Especiais	Íluna sede	23		Qualificação profissional Compra conjunta de insumos beneficiamento e comercialização de cafés especiais
18	Associação dos produtores de leite de Íluna e região	Íluna sede	25	ativa	Qualificação profissional Compra em conj. de insumos beneficiamento e comercialização de leite.
19	Turcafé - Associação de Turismo Sustentável do Café	Íluna Sede	-	informal	Desenvolvimento do turismo
20	Roteiro Águas Claras do Príncipe	Distrito de São João do Príncipe	-	informal	Desenvolvimento do turismo rural
21	Grupo Informal Íluna - PNAE municipal	Íluna Sede	21	informal	Execução do mercado institucional do PNAE municipal

Fonte: INCAPER/ELDR Íluna.

Além destas entidades, Íluna dispõe de vários Conselhos Municipais, sendo que o Incaper é integrante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CRDRs).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Íluna nasceu com um objetivo bem definido que foi o recebimento dos recursos do PRONAF Infraestrutura e Serviços, cuja proposta do programa era canalizar recursos públicos diretamente para os municípios, visando melhorar a infraestrutura produtiva local, e conseqüentemente, potencializar a geração de renda dos agricultores. São espaços onde a gestão social deve ser exercida cotidianamente, e que contribuem para o processo de decisão sobre questões estratégicas do Desenvolvimento Rural Sustentável. O CMDRS possui em sua composição, representantes do setor público municipal, da sociedade civil organizada e órgãos de apoio aos agricultores, sendo paritária, ou seja, tem o mesmo número de representantes do setor público e da sociedade civil (Quadro 4).

Quadro 4. Quadro da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS do município de Iúna/ ES, mandato período (2019 a 2020).

Nº	Poder Público	Sociedade Civil
1	Robson Fardim Tristão – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Mônica Castro de Oliveira – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iúna e Irupi - STR
2	Sara Horst – Secretaria Municipal de Educação	João Luiz Casati – Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Iúna/ES - CACIL
3	Jacson Castro da Silva – Secretaria Municipal de Administração	Francisco Rodrigues Marques – Associações de Alto Trindade, Trindade e Uberaba
4	Leonardo Aguiar de Lima – Secretaria Municipal de Interior e Transporte	Geraldo de Aguiar – Associações de Perdição, Barra de Boa Sorte do Morro Redondo, Terra Corrida e Ponte Alta
5	Michel Bahia Dutra Emerick – IDAF	Justino de Jesus Ribeiro – Associações de São João do Príncipe, Rio Claro e São José das Três Pontes
6	Túlio Luís Borges de Lima – INCAPER	Joadir Moreira de Aguiar – Associações de Pequiá, Tinguaciba, Laranja da Terra, Santa Clara de Boa Sorte, Santa Clara de São Sebastião e Pouso Alto
7	Virginia da Glória de Aquino Barghini – Secretaria Municipal de Saúde	Jasseir Alves Fernandes – Associações de Barro Branco, Figueira, Rio Pardinho, Bonsucesso e Água Santa

Fonte: Prefeitura Municipal de Iúna.

3.8. Principais atividades econômicas desenvolvidas em territórios rurais e pesqueiros

As atividades econômicas do município de Iúna concentram-se em seu setor agropecuário, sendo que as principais atividades rurais agrícolas e não agrícolas são: café, pecuária, silvicultura e fruticultura, culturas alimentares e tradicionais (feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar), agroindústria e turismo.

O café é a principal atividade do município e ocupa uma área de mais de 12.000 ha, seguido pelas áreas com pastagens, silvicultura e fruticultura. Existem ainda mais de 3.000

ha de culturas alimentares e tradicionais (feijão, milho, mandioca e cana-de-açúcar), cultivadas em consórcio nos terrenos destinados ao cultivo de café. O eucalipto está presente em 82% dos estabelecimentos que têm florestas plantadas, as quais ocupam 4,52% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Quanto às pastagens plantadas, o município tem 7.104 ha em boas condições e 165 ha em más condições.

3.8.1. Principais atividades de produção vegetal

a. Lavoura Temporária

Atualmente as culturas de milho e feijão são realizadas principalmente para autoconsumo e no caso do milho, também utilizada para alimentação animal. Como já dito, são culturas muito plantadas em consórcio com o café. O milho em grão é especialmente importante e corresponde a 56,19% da área colhida de lavouras temporárias do município e o segundo lugar fica ocupado por feijão preto com 26,98%. Os principais tipos de feijão cultivados no município são o preto, o de cor, o fradinho e o verde, sendo que os que mais se destacam são o preto e o de cor. O feijão preto está presente em 1.016 estabelecimentos e com produção de 248 toneladas em 2017, enquanto que o feijão de cor é cultivado em 331 estabelecimentos e produziu 80 toneladas, de acordo com o Censo Agropecuário (Tabela 7). O milho forrageiro e a cana forrageira são produzidos essencialmente para atender a alimentação animal da bovinocultura de leite. A pequena produção de mandioca pela agricultura familiar, ocupando uma área de 14 ha, visa atender as necessidades das famílias rurais, aos mercados institucionais, feiras livres, quitandas e supermercados.

A produção de olerícolas ganhou um pequeno espaço nos últimos anos para atender às feiras livres, quitandas e supermercados, assim como às políticas públicas desenvolvidas no município, quer seja o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) ou a Compra Direta de Alimentos (CDA).

Tabela 7. Principais produtos agropecuários da lavoura temporária do município de Íluna/ES, 2017

Lavoura	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Milho em grãos	1.046	1.152	1.152	1.948	1.800
Feijão (Preto, de cor, fradinho e verde)	1.361	727	727	330	913
Milho Forrageiro	32	98	98	1.053	-
Cana-de-açúcar Forrageira	13	16	16	129	-
Mandioca	230	14	14	93	10.000

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

b. Lavoura Permanente

Segundo o Censo Agropecuário 2017, as lavouras permanentes mais cultivadas no município são: a banana, o palmito, laranja, tangerina e limão (Tabela 8). A finalidade do cultivo desses produtos na maioria das propriedades é para consumo próprio, além de uma parte servir ao fornecimento do comércio local, feiras livres, PNAE, CDA e CEASA.

Apesar de não ter dados oficiais sobre rendimento médio da cultura de tangerina no município, a Coordenação do Escritório Local de Desenvolvimento Rural (CELDR) de Íluna, baseada nos dados da Tabela 8, calcula que o rendimento médio da cultura seja de 3.000 kg/ha.

Tabela 8. Principais produtos agropecuários da lavoura permanente do município de Lúna/ES, 2017

Lavoura	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Banana	81	37	22	180	15.000
Palmito	15	5	0	0	-
Laranja	9	5	5	7	10.000
Tangerina, bergamota, mexerica	3	1	1	3	-
Limão	2	-	-	-	10.000

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

O café responde por 99,52 % da lavoura permanente de Lúna com quase 186.617 sacas produzidas em 2017, segundo dados do Censo Agropecuário (Tabela 9).

b.1. Cafeicultura

O município de Lúna é o maior produtor de café arábica do Espírito Santo. A colheita é realizada de forma manual ou com uso da derriçadeira manual motorizada. O processamento do café é principalmente por via seca, produzindo-se café natural, apenas uma pequena parte são de cafés processados por via úmida, no caso cafés despulpados/descascados. A produção de um café natural mais encorpado é uma característica do município devido ao clima, o qual como um dos componentes de seu *terroir*, propicia a produção de excelentes cafés, cafés especiais, degustados em todo o mundo. Cada vez mais, Lúna, vem ganhando espaço no cenário de produção de cafés especiais.

Tabela 9. Cafeicultura do município de Lúna/ES, 2017.

Lavoura	Número de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Rendimento Médio (Kg/ha)
Café Arábica	1604	12.139	10.371	11.189	1.260
Café Conilon	8	8	8	8	2.400

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

3.8.2. Principais atividades de produção animal

As principais produções de animais no município são a bovinocultura de leite e corte, com destaque para bovinocultura de leite, que é responsável pela maior parte da produção animal do município. Na bovinocultura o leite (Tabela 10) é utilizado principalmente na comercialização in natura para as cooperativas e laticínios da região, como também para produção de queijos e outros derivados em agroindústrias.

Tabela 10. Produção de animais ruminantes no município de Lúna/ES, 2017.

ATIVIDADE	Nº DE ANIMAIS	PRODUÇÃO/ANO	UNIDADE
Bovinocultura Leite ¹	1.599	3.351.000	L
Bovinocultura de corte ²	7.658	-	cabeças
Ovinocultura	290	-	cabeças
Caprinocultura	260	-	cabeças

¹ Número de Vacas Ordenhadas

² Estimativa do total do rebanho subtraindo o número de Vacas Ordenhadas

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

No município de Lúna as atividades de suinocultura, avicultura e apicultura são de pouca expressão (Tabela 11), sendo principalmente para autoconsumo.

Tabela 11 – Produção de suínos, aves e abelhas do município de Lúna/ES, 2017

ATIVIDADE	Nº DE ANIMAIS	PRODUÇÃO/ANO	UNIDADE
Suínocultura	1.980	-	cabeças
Avicultura de postura	4.100	29	Mil dúzias
Apicultura	-	3.500	Kg

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

Já a atividade de Pesca marinha e maricultura não é realizada no município.

A aquicultura no município de Lúna é voltada para fins de autoconsumo, desenvolvida em pequenos reservatórios, sendo a tilápia o peixe mais cultivado no município (Tabela 12).

Tabela 12. Atividades de Aquicultura no município de Lúna, 2017

Aquicultura	Produção/ano (toneladas)	Sistema de cultivo utilizado (viveiros, tanque-rede, lanternas, etc)
Tilápia	19,5	viveiro

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário, 2017.

3.8.3. Principais atividades de exploração sustentável de espécies nativas

Não existem dados relevantes para atividades de exploração sustentável de espécies nativas no município de Lúna.

3.8.4. Produção Agroecológica e Orgânica

Em Lúna o desenvolvimento da agroecologia encontra-se relacionado, sobretudo, aos conhecimentos populares e tradicionais dos agricultores familiares, que foram e são

passados de geração em geração, com destaque para o cultivo de variedades crioulas, em especial de milho e feijão, além de mandioca, abóboras, dentre outras espécies. De maneira oficial, ainda não existem agricultores em fase de transição agroecológica e nem regularizados, conforme legislação no âmbito da produção orgânica.

3.8.5. Principais Agroindústrias Familiares

As agroindústrias familiares representam um importante papel social e econômico no desenvolvimento do meio rural capixaba, colocando o Espírito Santo em uma posição de destaque neste segmento. No estado, inicialmente as produções de pães e biscoitos caseiros, compotas e geleias de frutas, conservas vegetais, bebidas fermentadas, embutidos e carnes defumadas, queijos e outros derivados do leite, eram essencialmente destinadas ao consumo familiar com base em práticas culturais e tradicionais, mas também tinham como objetivo o aproveitamento de excedentes da produção agropecuária evitando assim, o desperdício destes produtos e garantindo segurança alimentar às famílias.

Com o passar dos anos, os produtos processados pelas famílias rurais passaram a ter finalidade de comercialização, sendo necessário estruturar ou adequar espaços onde fosse possível produzir não somente em maior quantidade, mas também com garantia de segurança e qualidade dos alimentos ofertados aos consumidores. Assim surgiram os empreendimentos que conhecemos por “agroindústrias familiares”, pelo fato de possuírem gestão essencialmente familiar, que pode ser de uma ou mais famílias rurais (agroindústrias individuais ou coletivas).

O Escritório Local de Desenvolvimento Rural do município de Lúna possui cadastrados 14 empreendimentos produtores de diversos produtos da agroindústria familiar, dentre os quais se destacam pó de café e derivados da cana como os mais produzidos no município (Tabela 13).

Tabela 13. Agroindústrias Familiares do município de Lúna, 2019.

Agroindústrias familiares do município Lúna	
Tipos de produtos fabricados	Número (nº) de empreendimentos
Cachaças e aguardentes	1
Café (pó de café; grãos torrados)	5
Chips diversos (banana, mandioca, outros)	1
Derivados de cana (açúcar mascavo, rapadura, melado)	2
Derivados de milho (fubá, farinha de milho)	1
Embutidos e defumados	1
Geléias e outros produtos de frutas (compotas, doces em pasta ou corte, frutas desidratadas ou cristalizadas, outros)	1
Panificados (biscoitos, pães, bolos, brot, strudel, mentira)	1
Polpas e sucos de frutas, frutas congeladas	1
Queijos e outros derivados de leite (iogurte, manteiga, ricota, puína, doce de leite)	1

Fonte: Incaper - Coordenação de Segurança Alimentar e Comercialização, 2020.

3.9. Comercialização

A maior parte das atividades comerciais do município de Lúna está ligada direta e indiretamente às atividades agropecuárias. A colheita e venda do café movimentam fortemente o comércio urbano. A comercialização do café acontece principalmente no comércio local para atravessadores, com o café como grãos crus, em sacas de 60 kg. Porém, com o aumento da produção de cafés especiais, a venda direta de micro lotes para torrefações e cafeterias tem crescido muito. Quando lembramos da comercialização dos produtos de origem animal, o leite, principal produto é comercializado em laticínios e em

venda direta ao consumidor. Os demais produtos de origem vegetal são comercializados em mercados locais, feira livres e em programas de compra institucional, PNAE e CDA. Quando falamos de eucalipto, a madeira é comercializada em sua maior parte para a indústria de produção de papel e celulose e serrarias.

3.10. Turismo rural

O município de Lúna está localizado no entorno da “Serra do Caparaó”, região onde a natureza foi prodigiosa, desde a formação rochosa, a composição da fauna, flora e recursos hídricos. A cultura é basicamente rural com a economia baseada na agricultura cafeeira. O Agroturismo, o Ecoturismo e o Turismo de aventura desenvolvidos de forma planejada e sustentável garantem uma melhor qualidade de vida à comunidade.

O município possui agroindústrias de polpa de fruta, café, leite e derivados, doces e compotas, além de restaurantes rurais e propriedades que produzem flores. Além disso, possui sítios que oferecem aos seus visitantes uma vivência com atividades rurais de forma sustentável, além do lazer de piscinas naturais (Tabela 14).

Serra do Valentim: Localizado na comunidade de Serrinha da Torre, serra de onde se pode observar a região do Caparaó. O ponto principal é a montanha do Pico Colossos.

Pico Colossos: Localizado na Serra do Valentim, possui elevação de formação granítica com 1650m de altitude, coberto por vegetação rasteira e samambaias. Do pico pode-se observar a deslumbrante magnitude da Serra do Caparaó.

Pico dos Cabritos: Localizado na comunidade de São João do Príncipe, apresenta vista panorâmica com belíssimos vales e exemplares da fauna e flora de Lúna. A pedra tem a forma do rosto de uma pessoa deitada.

Pedra do Índio: Localizada na comunidade de Laranja da Terra, a pedra tem a formação semelhante a um rosto de perfil de um índio. As trilhas que existem no local são precárias.

Lúna apresenta centenas de piscinas naturais de águas cristalinas ao longo dos rios, propiciando lazer a milhares de turistas capixabas e de outros estados. Nas comunidades de Rio Claro, São João do Príncipe, Santa Clara e Serrinha, estão localizados ótimos pontos de visitação.

Poço dos Desejos: Localizado na comunidade de São João do Príncipe, o poço é formado por uma pequena queda d’água transparente envolvida por uma grande variedade de pedras e o fundo é formado por inúmeros pedregulhos.

Cachoeira dos Jesuítas: Localizada na comunidade de São João do Príncipe, cachoeira com aproximadamente 80m de queda com pouco volume d'água, formando um poço de águas límpidas próprias para banho. Formada por um grande número de pedras de variadas formas e tamanhos e cercada por vegetação nativa.

Cachoeira do Brás: Localizada na comunidade de São João do Príncipe, cachoeira com aproximadamente 10m de queda, entre dois paredões de pedra, formando abaixo um poço estreito e profundo de águas transparentes. Continuando seu percurso pode-se encontrar mais poços propícios para banho.

Cachoeira dos Pilões: Localizada na comunidade de Santa Clara, enorme paredão de pedra que envolve a cachoeira e foi escavado pela água formando poços onde a água vai fazendo movimentos iguais a de um pilão.

Cachoeira dos Caldeirões do Rio Pedregulho: Localizada na comunidade de Santa Clara, a queda d'água efetuou escavações nas rochas de extrema evidência no local, formando caldeirões com poços de água cristalina dispostos em forma de degraus. No desenrolar das quedas o tamanho dos poços aumenta, sendo estes propícios para banho.

Dentre os pontos religiosos e históricos à visitação, pode-se destacar:

Cemitério dos Escravos: Na localidade de Nossa Senhora das Graças, onde hoje está a Fazenda da Família Fontoura, existe o Cemitério Escravo do século XIX. Atualmente, há uma pequena área delimitada onde foi colocado um cruzeiro, espaço onde foram enterrados vários escravos da região de Lúna.

Água Santa: O local possui uma fonte de águas cristalinas, fincada sob um paredão granítico de mais de 30 metros de altura. O local ganhou destaque a partir de 01 de janeiro de 1862, quando neste ponto veio a falecer o missionário capuchinho Frei Bento de Gênova. Segundo a tradição popular, essas águas têm poderes miraculosos de cura, e desde 1879 é dedicada à Santa Luzia, a protetora dos olhos. Outra atração é a Pedra do Pecado. Segundo a lenda, o Frei morreu sentado nesta pedra há quase um século e meio atrás. Acredita-se que passando três vezes por entre a fenda da rocha todos os pecados da pessoa são "perdoados". Quem se arrisca atravessar sem fé pode ficar preso na rocha sendo preciso o auxílio de um padre para rezar e "soltá-lo". Assim é preciso ter coragem e fé para atravessar a Pedra do Pecado. Outro destaque é a Sala dos Milagres, formada por uma abertura no paredão, quase uma gruta. Ali se tem depositado os "ex-votos" de fiéis como fotos, painéis, imagens de santos e outros objetos de fé popular.

Casa da Cultura Iunense: O casarão do início do século XX (1914), onde já funcionaram a Prefeitura e a Câmara Municipal, dispõe de um rico acervo que relata as várias etapas

da história do município e de boa parte da região. O museu funciona também como Casa da Cultura de Lúna com fotos antigas e objetos relacionados à história do município.

A maior riqueza de Lúna é o café. O município foi durante muitos anos o primeiro do estado na produção do café arábica, cultivado desde a época da escravidão. Além de ser ainda o maior gerador de emprego e renda é também uma vocação cultural do povo. A beleza das floradas e da vegetação, o hábito de tomar um cafezinho para brindar uma visita ou marcar um encontro, transforma o café numa cultura maravilhosa de Lúna.

Diante da criação do Conselho Municipal de Turismo, e muito com base nesses atrativos apresentados ao longo desta seção, é que o município de Lúna desenvolve algumas de suas principais atividades turísticas. Dentre suas modalidades, destaca-se o turismo rural, o qual com o protagonismo da agricultura familiar, hoje encontra-se majoritariamente organizado em três instituições. São elas: o Circuito Turístico Serras, Águas e Cafezais, a Turcafé - Associação de Turismo Sustentável do Café e o Roteiro Águas Claras do Príncipe. Acompanhados da relevante paisagem rural do Caparaó, de suas riquezas naturais - com destaque para as muitas cachoeiras e o clima ameno - da culinária tradicional e de sua crescente e potencial produção de cafés especiais, é que essas três organizações desenvolvem suas principais atividades turísticas.

O Festival Café & Cultura é uma ação da Prefeitura Municipal de Lúna em parceria com instituições públicas e privadas, que tem por finalidade reforçar a importância de seu principal setor produtivo, a cafeicultura. O Festival foi pensado nos seguintes pilares: conhecimento e inovação, turismo e geração de renda, cultura e celebração, por meio de ações de capacitação e orientação técnica, atividades artísticas e culturais e comercialização de produtos da agroindústria. As atividades são desenvolvidas procurando atender aos interesses e curiosidades dos munícipes e visitantes, potenciais consumidores de produtos e serviços que contribuem para a manutenção da rede produtiva geradora de emprego e renda do município (SECULT IÚNA, 2020, no prelo).

O evento da Festa do Café geralmente de ocorrência nos meses da estação de inverno, instituída a partir do ano de 1997, tem como objetivo principal homenagear o/a cafeicultor/a da região e do município de Lúna, responsável direta e indiretamente pela economia do município, destacando-se no estado do Espírito Santo como um dos maiores produtores de café arábica. Homenagear o cafeicultor e a cafeicultora é para todos uma grande satisfação. Em sua primeira reedição, a Festa do café, com o apoio do Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, realizou uma vasta programação cultural, incluindo Concurso da Rainha e do Príncipe do Café, shows folclóricos, exposições, edição de um livro de receitas à base de café e um grande desfile

realizado pelas associações comunitárias rurais. A Festa do café tem também um caráter informativo, incluindo palestras e seminários voltados à produção de cafés de qualidade (SECULT IÚNA, 2020, no prelo).

O Evento foi realizado nos anos de 1997, 1998, 1999, 2000, 2002 e 2010 com o objetivo de resgatar a Cultura Iunense, valorizar os cafeicultores, dando orgulho e satisfação de sermos filhos de uma terra que produz o fruto responsável pelo sustento das futuras gerações iunenses. Temos como primordial importância “Recuperar” e divulgar nosso município como “Terra do Café”, que além de produzir o café de montanha, é abençoado por belezas naturais que desponta a cada dia mostrando seu potencial turístico (SECULT IÚNA, 2020, no prelo).

Há duas explicações para a origem do termo "festa junina". A primeira surgiu em função das festividades, principalmente religiosas, durante o mês de junho. Estas festas são em homenagem a três santos católicos: São João, São Pedro e Santo Antônio. Outra interpretação diz que o nome desta festa teve início em países católicos da Europa e, portanto, seriam uma homenagem apenas a São João. No princípio, a festa era chamada de Joanina. De acordo com historiadores, esta festividade foi trazida para o Brasil pelos portugueses, ainda durante o período colonial (época em que o Brasil foi colonizado e governado por Portugal). É importante destacar que em Iúna e região a Festa Junina é tradicional, realizada por escolas, comunidades e outras entidades, achando-se também uma forma de comemorar a colheita e agradecer o agricultor familiar. (SECULT IÚNA, 2020, no prelo).

Tabela 14. Principais Atividades/Empreendimentos de Turismo em Áreas Rurais no município de Iúna/ ES, 2020.

Atividades / Empreendimentos	Quantidade (nº)
Propriedades com Restaurante Rural e entretenimento (pesque e pague, cavalgada, cachoeira, etc.)	07
Propriedades com Hospedagem Rural	07
Propriedades com venda de produtos artesanais	06
Propriedades com restaurante, hospedagem e venda de produtos artesanais	01
Atrativos naturais para visitação (cachoeiras, trilhas, mirantes etc)	06

Pontos de observação de fauna silvestre/exótica	-
Pontos para prática de esportes radicais (rampa de vôo livre, rapel, Rafting, etc)	2
Circuito Turístico	1
Roteiro Turístico	1

Fonte: ELDR, Prefeitura de Iúna, 2020.

4. DIAGNÓSTICO MUNICIPAL PARTICIPATIVO

Os diagnósticos apresentados foram definidos de forma participativa. Foram realizados em oficinas onde os participantes identificaram os pontos positivos e negativos do Desenvolvimento Rural Municipal e foram usadas as técnicas de tempestade de ideias e matriz de problemas, posteriormente sendo realizado o planejamento participativo, através de construção da matriz de planejamento e acompanhamento.

As três oficinas - uma delas no distrito de Pequiá e as outras duas na sede do município, sendo a última delas realizada no âmbito do CMDRS - envolveram um público aproximado de 100 pessoas entre agricultores familiares, servidores das Secretarias Municipais de Agricultura e Agronegócio, Saúde, Educação, do IDAF, representantes de associações comunitárias rurais e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lúna e Irupi.

Os resultados das oficinas e reuniões foram sistematizados em uma única Matriz nomeada de Matriz de Diagnóstico e Planejamento Municipal onde estão relatadas todas as ações levantadas, com eixos e situações que demandam a atuação de diversas organizações do município e não somente a do Incaper. Cada matriz, portanto, é um esforço de síntese, representando tanto um diagnóstico da realidade, quanto a proposição de linhas de atuação.

A matriz foi organizada de forma que a REALIDADE na percepção dos participantes expressa nas oficinas, fosse condensada em EIXOS com as dimensões da sustentabilidade, meio ambiente; econômico/produtivo e social (este contempla aspectos sociais, culturais e políticos).

Foram expressos os DESEJOS que falam da vontade, dos objetivos, da visão de futuro, que englobam as mudanças e transformações ensejadas pelo grupo. A partir dos desejos, houve a construção de LINHAS DE ATUAÇÃO ou linhas de ação que o grupo entende como necessárias para alcançar o que foi desejado, determinado ou sugerindo quem ou qual organização(s) que ficaria a cargo de cada uma destas linhas, ou o RESPONSÁVEL. Os participantes identificam sua real atribuição, além de mostrar que o processo é de todos e não só de um responsável.

Matriz 1. Diagnóstico e Planejamento Municipal de Iúna, 2019.

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
Ambiental	Áreas de pastagens degradadas, lavouras abandonadas e dependência exclusiva da monocultura do café	Adoção de sistemas agroflorestais	Incentivo à experimentação de sistemas agroflorestais	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper
	Qualidade de vida no campo	Redução no uso e conscientização para o uso correto de agrotóxicos	Criação de programa específico para a redução do uso de agrotóxicos	Agricultores, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Idaf e Incaper
	Clima agradável e muitas belezas naturais e recursos favoráveis para a produção agrícola	Aproveitamento melhor dessa condição	Buscar diversificação de atividades (turismo rural, agroindústria, fruticultura)	Agricultores, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, e Incaper
			Criação de um serviço municipal de pagamento por serviços ambientais	
	Falta de retenção de água nos solos	Diminuição da erosão, aumento das águas	Adoção de medidas de conservação de água no solo (por exemplo, incentivo à roçada, ao plantio em nível)	Agricultores, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper
			Melhoria no programa de uso do maquinário público (manutenção de estradas, caixas secas, etc.)	
Falta de consciência na destinação do lixo	Ausência de lixo fora do lugar certo	Intensificar e organizar a coleta municipal rural e realizá-la onde ela não acontece	Secretaria Municipal de Obras	

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
			Realizar trabalho de problematização do assunto lixo no rural	
	Falta de legislação específica para agroindústria familiar (por exemplo, licenças ambientais)	Legislação adequada para a realidade da agroindústria familiar	Considerar as especificidades do universo da agroindústria familiar para fins de legislação ambiental e sanitária	Vigilância Sanitária Municipal, Idaf, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
	Lixo gerado por embalagens agrotóxicos sem locais adequados de devolução	Zero embalagens vazias de agrotóxicos sem destinação adequada	Estabelecer um local adequado e de acesso viável para a destinação de embalagens vazias de agrotóxicos	Idaf, Secretarias Municipais de Meio Ambiente e de Agricultura e Agronegócio
	Legislação ambiental privilegia zona urbana e penaliza zona rural	A legislação ambiental deve ser executada com o mesmo rigor na zona urbana em relação ao meio rural	Executar com rigor a legislação ambiental na zona urbana. (MMA, secretarias, Ibama, lema)	Secretarias Municipais de Meio Ambiente e Agricultura e Agronegócio, Iema, Ibama e Ministério do Meio Ambiente
	Presença do Programa Reflorestar, mas pouca divulgação	Que o referido Programa se aperfeiçoe e chegue a mais propriedades do município	Divulgação do Programa através de metodologias (atividades) participativas nas comunidades rurais	Incapêr
	Chegada ao Estado pela BR 262 é uma ótima localização geográfica para divulgação e apresentação do município	Criar perspectivas favoráveis ao desenvolvimento desse potencial	Desenvolver uma estrutura adequada para apresentação do município àqueles que chegam no Estado pela BR 262	Prefeitura, outros órgãos públicos, sociedade civil
	Saneamento básico insuficiente, tanto no campo quanto na cidade	Saneamento básico adequado tanto no rural quanto no urbano	Mobilização da sociedade e execução de políticas públicas voltadas ao saneamento	Sociedade civil, órgãos públicos

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
			Conscientizar os produtores	
	Falta de viveiro de espécies florestais e ornamentais	Mudas de variadas espécies florestais e ornamentais acessíveis e disponíveis a baixo custo	Implantação e gestão de viveiro de mudas público com produção de variadas espécies florestais e ornamentais	Prefeitura, Incaper
	Falta de retenção e aproveitamento das águas pluviais	Otimização do aproveitamento das águas pluviais	Desenvolver políticas públicas voltadas para retenção e aproveitamento de águas pluviais	Prefeitura, Governo do Estado, Incaper
	Quantidade insuficiente de máquinas e operadores para manutenção de estradas	Adequar a quantidade de máquinas e operadores na manutenção de estradas à demanda municipal	Realizar a Contratação de profissionais e busca de recursos para maquinário através do governo estadual e federal	Prefeitura
	Uso indiscriminado de agrotóxicos	Redução no uso de agrotóxicos e uso de forma racional, segura e técnica	Capacitar e orientar agricultores quanto ao uso de agrotóxicos	Prefeitura, Idaf, Incaper
			Realização de um estudo para identificar problemas de saúde relacionados ao uso de agrotóxicos	
Econômico	Existência do capim capiaçu	Implementação de maiores áreas dessa variedade	Realizar maior divulgação sobre a nova variedade	Agricultores, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper
			Promover maior distribuição de mudas	
			Realizar seminário de orientação do cultivo	

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
	Falta de assistência técnica em cafeicultura	Assistência técnica de qualidade a todos os agricultores que se interessarem	Buscar a contratação de mais técnicos destinados à assistência técnica pública	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper, Seag
	Falta de um degustador de café municipal público	Existência de profissional municipal qualificado para avaliação de cafés	Oferecer profissional público capacitado para a análise dos cafés	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper
	Falta de remuneração pela qualidade do leite	Preço justo segundo a qualidade do leite	Buscar melhor organização dos produtores no sentido de reivindicar melhores preços conforme a qualidade	Associação Municipal dos Produtores de Leite, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio
Buscar alternativas de redução de custos na produção de leite			Associação Municipal dos Produtores de Leite, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper	
Mobilizar politicamente a fim de melhorar preços do leite			Estado, Federação	
	Falta de remuneração pela qualidade do café	Preço justo segundo a qualidade do café	Buscar melhor organização dos agricultores no sentido de reivindicar melhores preços conforme a qualidade	Associação de Cafés Especiais de Iúna, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper
	Existência da Associação de Cafés Especiais	Associação seja mais reconhecida no município	Divulgar mais a associação aos agricultores do município	Associação de Cafés Especiais, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
	Potencial para a produção de cafés de qualidade	Explorar ainda mais esse potencial	Capacitar quanto às estruturas necessárias, mercado, etc.	Agricultores, Associação de Cafés Especiais, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper
			Divulgar o potencial para a população do próprio município	
	Existência de iniciativas em turismo rural	Desenvolvimento do turismo rural no município como um todo	Melhores estradas, sinalização, estrutura para receber o turista, acessibilidade	Proprietários, Secretarias Municipais e Estaduais de Turismo, Agricultura, Transporte e Interior, Incaper
			Treinamento para receber o turista	
	Existência do concurso municipal de café de qualidade	Concurso mais acessível a mais agricultores, e maior participação destes	Divulgar melhor o concurso	Agricultores, Associação de Cafés Especiais, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper
			Melhorar o edital do concurso, possibilitando maior participação (por exemplo, diminuir a quantidade mínima de sacas por participante)	
Mercado de cafés especiais ainda muito pouco desenvolvido na região	Mercado de cafés especiais justo e acessível	Estruturação de mercado de cafés especiais por meio do associativismo	Agricultores, Associação de Cafés Especiais, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper	
Grande dependência de mão de obra e insumos externos	Que as pessoas tivessem mais oportunidades interessantes em continuar a viver na roça	Capacitação profissional	Secretarias Municipais de Agricultura e Agronegócio, Ação Social, Saúde, Educação, Incaper, Seag, Senar	

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
	Falta de gestão nas propriedades	Propriedades organizadas, dando lucro	Capacitação, acompanhamento técnico	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper, Seag
	Falta de maquinários específicos para a produção de cafés especiais	Oferecimento de maquinário adequado e suficiente para a produção de cafés especiais	Buscar uma maior união entre as famílias produtoras de cafés especiais em direção ao associativismo	Agricultores e suas associações, Seag, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio
	Existência de termo de ajuste de conduta (TAC) que inviabiliza o governo municipal de contratar/ceder funcionários a outros órgãos/entidades	Órgãos e entidades específicos tendo seus quadros de funcionários reforçados, contando com servidores cedidos pela Prefeitura	Revisão e flexibilização do TAC	Prefeitura
	Dificuldades de acesso ao mercado local	Destaque para o desenvolvimento do mercado local, via compra direta dos agricultores e mercados institucionais	Incremento dos mercados institucionais (CDA, PAA, PNAE municipal e estadual)	Associação da Feira, Grupo Informal PNAE de Iúna, Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper e Governo do Estado
			Melhoria da Feira Livre de Hortifrutigranjeiros de Iúna (por exemplo, cobertura do local)	
Social	Força mulher	Desenvolvimento de mais atividades com as mulheres	Destinação/contratação profissionais específicos para o trabalho com as mulheres (economistas domésticos, etc.)	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper e Governo do Estado
			Capacitações diversas para a diversificação de produtos	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio e Senar

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
	Maioria das escolas rurais do município foram fechadas	Mais escolas rurais em pleno funcionamento	Reativação pelo menos de parte das escolas rurais que foram fechadas	Secretarias Municipais de Agricultura e Agronegócio, Educação e Assistência e Desenvolvimento Social
	Falta de cooperação humanitária	Cidadãos mais solidários e cooperativos	Trabalhar assuntos relacionados à solidariedade e ao cooperativismo nas escolas	Secretaria Municipal de Educação
	Homens nos botecos e mulheres em casa e êxodo rural	Cenário de mais oportunidades (econômicas, culturais, lazer, etc.) no rural	Criar oportunidades no campo, contribuindo para que as pessoas optem por continuar ali (por exemplo, telefone, internet, lazer, esporte, cultura)	Estado, sociedade civil, Secretarias Municipais (assistência social, esportes, cultura), igrejas
	Mão de obra que vem de fora apenas para a colheita vem de maneira muito informal, recebida sem estruturas adequadas, e parte dela com intenções delituosas	Toda a mão de obra que vem de fora ser identificada, minimamente formalizada, recebida com condições estruturais adequadas	Criar uma espécie de cadastro para identificação, controle e capacidade de oferecimento de serviços públicos (saúde, segurança, etc.) mínimos a esses trabalhadores	Secretaria Municipal de Assistência d Desenvolvimento Social e segurança pública (Polícia Militar)
	Necessidade de se trabalhar mais o rural nas escolas, valorizando-o	O rural devidamente reconhecido e valorizado pelos estudantes do município	Sair de sala de aula e vivenciar outras coisas do rural (que não só a cafeicultura e o turismo, inclusive)	Secretarias Municipais de Educação e de Cultura, Esporte e Turismo, comunidades rurais
	Evasão relevante de crianças das escolas na época da safra	Crianças frequentando normalmente as escolas em qualquer época do período letivo	Criação de creches rurais para que as crianças possam ter onde ficar quando do período fora do horário escolar, mas dentro do período de trabalho na colheita do café	Secretarias Municipais de Educação e de Assistência e Desenvolvimento Social

Eixo	Realidade	Desejo	Linhas de atuação	Responsável
	Dúvidas quanto a sucessão familiar	Sucessão familiar ser uma certeza, desde que interessante aos jovens	Ações no sentido de incrementar a renda, manter e melhorar a qualidade de vida no rural, além de oferecer oportunidades de capacitação	Poder público, sociedade civil
	Falta de ensino médio a noite para jovens rurais, que acabam desistindo da escola para poderem colher café	Jovens pudessem conciliar a colheita do café com os estudos	Reimplantar o ensino médio noturno nas escolas	Secretaria Municipal de Educação
	Falta de associativismo	Associações fortalecidas e ativas em suas funções	Capacitações e execução de políticas públicas via associações	Secretaria Municipal de Agricultura e Agronegócio, Incaper e Governo do Estado
	Necessidade de mais parceiros agrícolas	Mão de obra em quantidade e qualidade	Capacitar mais gente para a função, aumentando o quadro	Agricultores proprietários e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iúna e Irupi

5. PLANEJAMENTO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO DO INCAPER

A partir dos diagnósticos e planejamentos municipais participativos, foram realizadas reuniões com toda a equipe do ELDR de Iúna, e foi elaborada uma Matriz de Planejamento dos Municípios a ser realizada pelo Incaper, necessária ao desenvolvimento rural por área temática.

A matriz de diagnóstico e planejamento municipal é uma síntese das oficinas a partir de uma abordagem por áreas temáticas desenvolvidas no Incaper. São elencadas 7 áreas temáticas: agroecologia, gestão dos recursos naturais, cafeicultura, produção vegetal, produção animal, segurança alimentar e estruturação da comercialização e desenvolvimento socioeconômico do meio rural. Essas matrizes apresentam o DIAGNÓSTICO GERAL da realidade, com interpretação técnica e informações importantes, respeitando sempre todos participantes do processo. As ESTRATÉGIAS e LINHAS DE ATUAÇÃO, que num momento futuro guiarão o Planejamento de Atividades. Quanto às estratégias e linhas de atuação do Incaper, deverão ser desenvolvidas num horizonte temporal de quatro anos (2020-2023).

Além das matrizes existe a apresentação do **Panorama Geral** e da **Visão de Futuro**, onde se quer ou pretende chegar, para cada uma das áreas temáticas.

A. Agroecologia

Panorama Geral: Nota-se preocupação quanto à necessidade de certas mudanças nos sistemas de produção, evitando-se assim, algumas de suas externalidades negativas, muitas delas relacionadas a questões ambientais; em contrapartida, majoritariamente por causa do Programa Reflorestar, verificam-se algumas poucas iniciativas com sistemas agroflorestais, mas ainda muito incipientes, carecedoras de maiores experimentações.

Visão de Futuro: Diminuição drástica das externalidades negativas dos sistemas de produção hegemonicamente adotados no município, aliada ao desenvolvimento de conhecimentos no âmbito de sistemas agroflorestais.

Matriz 2. Diagnóstico e planejamento do Município de Iúna – Agroecologia

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
A adoção de sistemas mais complexos de agricultura, especialmente no âmbito da agroecologia, apesar de sua relevante importância, ainda é um grande desafio, sob diferentes perspectivas	Incentivar e apoiar a experimentação de sistemas agroflorestais	Capacitação de agricultores sobre o cultivo de sistemas agroflorestais
		Orientação técnica grupal sobre o cultivo de sistemas agroflorestais
		Possibilitar a troca de experiências in loco sobre a implementação e condução de sistemas agroflorestais
		Assessoria para a Certificação Orgânica
		Fortalecimento da Socio biodiversidade e a Educação Ambiental

B. Cafeicultura

Panorama Geral: A cafeicultura passa por um momento delicado de baixo preço e problemas climáticos. O município de Iúna é o maior produtor de café arábica do Espírito Santo e por vezes julgado como produtor de café de baixa qualidade, “café rio zona”; entretanto vem descobrindo uma grande aptidão na produção de cafés especiais, atualmente, Iúna já é referência na produção desses tipos de cafés e nos últimos anos seus cafeicultores vêm ganhando prêmios em nível municipal, estadual e nacional.

Visão de Futuro: Uma cafeicultura com alta produtividade e qualidade que possa remunerar de forma justa todos os envolvidos no cultivo, oferecendo oportunidades à continuação dos jovens no campo, assegurando a sucessão familiar e o futuro da cafeicultura iunense.

Matriz 2. Diagnóstico e Planejamento - Cafeicultura

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
A assistência técnica pública ainda não atende a todos os agricultores que manifestaram dela precisar	Reivindicar uma maior contratação de profissionais voltados para a assistência técnica	Promoção de acesso à informação sobre políticas públicas

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
	Prezar para o desenvolvimento de trabalhos em grupo	<p>Possibilitar a troca de experiências in loco a respeito de temas diversos no âmbito da cafeicultura</p> <p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Atuação em boas práticas</p> <p>Orientação técnica grupal em temas diversos ligados à cafeicultura</p>
Há todo um contexto de dificuldades na comercialização de cafés superiores	Criar, desenvolver e acessar canais de comercialização próprios e justos aos cafés especiais	<p>Capacitação de agricultores quanto às possibilidades de acesso a diferentes mercados de cafés especiais</p> <p>Possibilitar a troca de experiências in loco a respeito de vendas de cafés para cafeterias, direto ao consumidor, feiras, dentre outros</p> <p>Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar, visando à comercialização e cafés especiais</p> <p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Manejo integrado da colheita e pós colheita</p> <p>Atuação em boas práticas</p>
A existência de Associação de Cafés Especiais de Iúna possibilita um grande potencial de desenvolvimento da produção desse tipo de café no município	Contribuir para o desenvolvimento da referida Associação e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da produção/comercialização de cafés especiais no município	<p>Capacitação de agricultores em produção de cafés especiais</p> <p>Orientação técnica individual em questões pontuais a respeito da produção de cafés especiais</p> <p>Possibilitar a troca de experiências in loco com quem já faz cafés especiais</p> <p>Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar</p>

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
		<p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Manejo integrado da colheita e pós colheita</p> <p>Atuação em boas práticas</p>
<p>Relevante potencial para a produção de cafés de qualidade</p>	<p>Explorar e desenvolver ainda mais esse potencial, sob diferentes aspectos</p>	<p>Capacitação de agricultores em produção de cafés especiais</p> <p>Orientação técnica individual em questões pontuais a respeito da produção de cafés especiais</p> <p>Possibilitar a troca de experiências in loco com quem já faz cafés especiais</p> <p>Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar</p> <p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Manejo integrado da colheita e pós colheita</p> <p>Atuação em boas práticas</p> <p>Melhoria no edital do concurso de qualidade, incrementando em sua acessibilidade aos agricultores</p>
<p>Dificuldades quanto à gestão da atividade cafeeira, no que concerne a seus aspectos financeiros e estruturais</p>	<p>Explorar ferramentas diversas de gestão</p>	<p>Capacitação de agricultores em custos</p> <p>Orientação técnica grupal quanto a custos e tomada de decisões</p> <p>Possibilitar a troca de experiências in loco quanto à organização e gestão das propriedades</p> <p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p>

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
		Atuação em gestão da propriedade
		Atuação em boas práticas
Há dificuldades em se ter avaliações profissionais e idôneas quanto à qualidade dos cafés superiores no município	Oferecer profissional público no município capacitado para a análise dos cafés	Atuação para a qualidade de produtos e serviços
		Manejo integrado da colheita e pós colheita
		Atuação em boas práticas
		Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar

C. Gestão dos Recursos Naturais

Panorama Geral: Os agricultores familiares do município ainda compartilham do sentimento de que são muito exigidos em relação à execução da legislação ambiental rural, enquanto na zona urbana é exigido pouco ou existe maior flexibilização (vide oficinas mecânicas, postos de gasolina, esgoto a beira rio, etc); mesmo assim, muitos têm consciência que determinadas ações precisam ser iniciadas no campo com o objetivo de interromper ou minimizar impactos socioambientais, como o uso indiscriminado de agrotóxicos empurrado por nosso modelo econômico, a cultura forte da monocultura do café fragilizando as finanças familiares e diminuindo a sócio biodiversidade, e a aflição de ciclos longos de seca com falta d'água até para as necessidades básicas. Esse público também está em busca de políticas públicas e de informações que possam resolver ou diminuir esses dilemas.

Visão de Futuro: Um cenário de desenvolvimento rural onde se crie oportunidade de novas fontes de rendas através de sistemas produtivos mais sustentáveis (dentre eles, agrofloresta), caminhando de forma conjunta com a diminuição do uso de agrotóxicos através de alternativas de manejo cultural. Desta forma, busca-se a adequação de propriedades rurais por meio de políticas, com o intuito de modificar beneficentemente a paisagem rural minimizando períodos de seca e garantindo a segurança alimentar.

Matriz 3. Diagnóstico e Planejamento - Gestão dos Recursos Naturais

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
<p>Há um consenso de que o rural de Iúna oferece uma boa qualidade de vida, e que é importante que ela seja preservada</p>	<p>Cuidar para que os agrotóxicos não ponham em risco a qualidade de vida no rural</p>	<p>Capacitação de agricultores para aplicação de agrotóxicos</p>
		<p>Orientação técnica individual quanto ao uso dos agrotóxicos</p>
		<p>Orientação técnica grupal quanto ao uso dos agrotóxicos</p>
		<p>Geração e disponibilização de tecnologias para alternativas ao uso dos agrotóxicos</p>
		<p>Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> de redução do uso de agrotóxicos</p>
<p>Há o reconhecimento quanto ao clima agradável e as muitas belezas naturais do município</p>	<p>Buscar alternativas de desenvolvimento pautadas nessas condições, visando à diversificação de atividades</p>	<p>Capacitação de agricultores em diferentes atividades (turismo rural, fruticultura tropical e temperada, agroindústria, etc.)</p>
		<p>Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> com famílias que já trabalham a diversificação, aproveitando-se do clima e das belezas naturais</p>
		<p>Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar</p>
		<p>Promoção de acesso à informação sobre políticas públicas</p>
		<p>Atuação em gestão da propriedade</p>

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
		Atuação em adequação ambiental
Cenário amplo de baixa retenção de água no solo	Buscar incremento das práticas de conservação do solo e da água	Capacitação de agricultores em práticas de conservação do solo e de água
		Orientação técnica individual conforme problemas relacionados à conservação do solo e de água
		Orientação técnica grupal a nível de microbacia quanto a conservação de solos e de água
		Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> sobre a conservação de solo e de água
		Promoção de acesso à informação sobre políticas públicas, a exemplo, o Programa Reflorestar
		Atuação em adequação ambiental
Saneamento básico insuficiente, tanto no campo quanto na cidade	Buscar alternativas viáveis para o desenvolvimento de sistemas de tratamento de esgotos nas propriedades rurais	Capacitação de agricultores em sistemas alternativos de tratamento de esgoto
		Orientação técnica individual quanto à manutenção de sistemas alternativos de tratamento de esgoto
		Orientação técnica grupal quanto à manutenção de sistemas alternativos de tratamento de esgoto
		Atuação em gestão da propriedade

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
		<p>Atuação em adequação ambiental</p> <p>Geração e disponibilização de tecnologias para sistemas alternativos de tratamento de esgoto</p>
<p>Uso de agrotóxicos é tido como preocupante, uma vez que é caracterizado como, em muitos casos, descontrolado e sem critérios técnicos e medidas de proteção adequadas</p>	<p>Redução no uso de agrotóxicos e uso de forma racional, segura e técnica</p>	<p>Capacitação de agricultores sobre o uso menos inseguro de agrotóxicos e alternativas ao uso desses produtos</p> <p>Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> com famílias que não usam agrotóxicos em seus sistemas produtivos ou que o fazem com menores riscos</p> <p>Promoção de acesso à informação sobre políticas públicas</p> <p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Atuação em gestão da propriedade</p> <p>Atuação em adequação ambiental</p>
<p>Inexistência de viveiro municipal de espécies florestais e ornamentais</p>	<p>Produzir e distribuir mudas de variadas espécies florestais e ornamentais acessíveis e disponíveis a baixo custo no município</p>	<p>Assessoria e elaboração de projetos técnicos</p> <p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Atuação em adequação ambiental</p>
		<p>Atuação em adequação ambiental</p>

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
Poucas ações de aproveitamento das águas pluviais	Desenvolver políticas públicas voltadas para retenção e aproveitamento de águas pluviais	Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> com sistemas já implementados
		Geração e disponibilização de tecnologias para a retenção e aproveitamento das águas pluviais
		Assessoria e elaboração de projetos técnicos
O Programa Reflorestar é visto como relevante, mas como uma política pública que ainda carece de divulgação para que chegue até uma maioria de agricultores	Divulgação do Programa através de metodologias (atividades) participativas nas comunidades rurais	Promoção de acesso à informação sobre o Programa
		Integrar o programa Reflorestar e o Programa Mais Floresta Produtiva para que atuem de forma conjunta
		Orientação técnica individual a agricultores familiares desassistidos durante a execução dos projetos do Programa Reflorestar

D. Matriz de Diagnóstico e Planejamento - Tema Produção Animal

Panorama Geral: Verifica-se ainda uma busca importante quanto a alternativas para a alimentação do gado leiteiro que tenham um melhor custo-benefício, além do reconhecimento por parte dos agricultores da importância em se vender leite com base em sua qualidade.

Visão de Futuro: Vislumbra-se a consolidação de alternativas sustentáveis para a alimentação do gado leiteiro, assim como do mercado de leite pautado na remuneração conforme a qualidade do produto.

Matriz 4. Diagnóstico e Planejamento - Produção Animal

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
Introdução do capim capiaçu como uma alternativa/complemento da alimentação do gado leiteiro	Facilitar o acesso dos agricultores à variedade	Orientação técnica grupal por meio da realização eventos (por exemplo seminário)
	Orientar o cultivo	Geração e disponibilização de tecnologias para o cultivo
		Capacitação de agricultores sobre o cultivo
Falta de remuneração na qualidade do leite	Buscar alternativas de redução de custos e melhoria na qualidade do leite	Capacitação de agricultores em levantamento e avaliação de custos
		Assessoria, elaboração de projetos técnicos, planejamento de produção e acompanhamento técnico em produção animal
		Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar
		Atuação para a qualidade de produtos e serviços
		Facilitação do acesso a animais melhoradores

E. Segurança Alimentar e Estruturação da Comercialização

Panorama Geral: O mercado local de venda direta de produtos da agricultura familiar no município encontra-se estabelecido já há algum tempo, representado de forma preponderante pela Feira Livre do Produtor Hortifrutigranjeiro e o PNAE municipal; entretanto, nota-se o começo do desenvolvimento do Programa Compra Direta da Agricultura (CDA) e a real necessidade de se pensar em estratégias para a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do PNAE estadual.

Visão de Futuro: Um cenário com incrementos relevantes na quantidade, qualidade e diversidade de agricultores, consumidores, estudantes e de alimentos comercializados de forma direta, tanto na Feira, quanto nos mercados institucionais.

Matriz 5. Diagnóstico e Planejamento - Segurança Alimentar e Estruturação da Comercialização

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
<p>Cenário ainda com dificuldades de inserção de muitos agricultores a mercados, mas com possibilidade de importantes incrementos no desenvolvimento do consumo local no município</p>	<p>Desenvolver o consumo local, via compra direta dos agricultores e mercados institucionais</p>	<p>Capacitação de agricultores sobre outros mercados institucionais, além do PNAE municipal e CDA</p>
		<p>Orientação técnica grupal sobre outros mercados institucionais, além do PNAE municipal e CDA</p>
		<p>Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> sobre a implementação de mercados institucionais</p>
		<p>Assessoria e elaboração de projetos técnicos para compra de alimentos</p>
		<p>Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar</p>
		<p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p>
		<p>Orientação para as Boas Práticas Agropecuárias</p>

F. Desenvolvimento Socioeconômico no Meio Rural

Panorama Geral: Nota-se uma relevante preocupação com as dificuldades ligadas ao desenvolvimento do associativismo nas comunidades e ao esvaziamento do rural, especialmente quanto ao seu futuro no que concerne à sucessão nas famílias; por outro lado, inclusive como alternativas a essas preocupações, verifica-se o reconhecimento da importância de atividades como a diversificação agrícola e não agrícola (destaque para o turismo rural) e do papel protagonista das mulheres e dos jovens nesse contexto visando ao desenvolvimento socioeconômico municipal.

Visão de Futuro: Um cenário de desenvolvimento socioeconômico pautado pela diversificação de atividades – tanto agrícolas, como não agrícolas – em um rural cada vez mais integrado ao urbano, em que o protagonismo das mulheres e jovens seja reconhecido e

valorizado, assim como também deverá ser o próprio meio rural e as formas associativas comunitárias.

Matriz 6. Diagnóstico e Planejamento - Desenvolvimento Socioeconômico no Meio Rural

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
As mulheres têm papel(éis) muito importante(s) no desenvolvimento rural do município	Necessidade do desenvolvimento de mais atividades socioeconômicas especificamente com as mulheres	Atuação para a diversificação das atividades
		Formação de lideranças de mulheres
		Atuação para a diversificação de produtos agrícolas
		Atuação visando a geração de renda
		Atuação visando o aumento da renda
O turismo rural já conta com algumas iniciativas muito bem consolidadas no município, mas com condições, a nível de diversas comunidades, de se desenvolver ainda mais	Cuidar a) para o aperfeiçoamento de empreendedores e roteiros já envolvidos com o turismo, b) para o começo daqueles que têm o interesse, mas que ainda não o botaram em prática	Capacitação de agricultores quanto ao recebimento ao turista, paisagismo e jardinagem, agroindústria, etc.
		Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> entre os empreendedores turísticos
		Atuação para a qualidade de produtos e serviços
		Atuação em acesso a políticas públicas, por exemplo máquinas de conservação de estradas
		Fortalecimento de formas associativas e cooperativas
		Atuação para a diversificação das atividades
		Atuação para a diversificação de produtos agrícolas
		Atuação visando a geração de renda
Há uma preocupação com o esvaziamento da zona rural e suas causas e consequências, como por exemplo a falta de oportunidades no campo e a escassez de mão de obra	Incremento nas necessárias múltiplas oportunidades de vida no campo e diminuição na escassez de mão de obra rural	Capacitação de agricultores em diferentes atividades de geração de renda
		Possibilitar a troca de experiências <i>in loco</i> como forma de motivação para o desenvolvimento de novas atividades
		Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar
		Promoção de acesso a informação sobre políticas públicas

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
		<p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Atuação em acesso a políticas públicas</p> <p>Fortalecimento de formas associativas e cooperativas</p> <p>Formação de lideranças de jovens</p> <p>Formação de lideranças de mulheres</p> <p>Atuação para a diversificação das atividades</p> <p>Atuação para a diversificação de produtos agrícolas</p> <p>Atuação visando à geração de renda</p> <p>Atuação visando ao aumento da renda</p>
<p>Muitas associações comunitárias rurais existem apenas no papel, poucas delas realizam ações para além das burocráticas</p>	<p>Buscar a execução de políticas públicas de Ater via associações</p>	<p>Orientação técnica grupal, em diferentes áreas, mas respaldada a importância de sua execução via associação</p> <p>Promoção de acesso a informação sobre políticas públicas</p> <p>Atuação em acesso a políticas públicas</p> <p>Fortalecimento de formas associativas e cooperativas</p> <p>Formação de lideranças de jovens</p> <p>Formação de lideranças de mulheres</p>
<p>Cenário de dúvidas quanto à sucessão familiar, tanto por parte dos pais, como dos jovens</p>	<p>Desenvolver ações no sentido de incrementar a renda, manter e melhorar a qualidade de vida no rural, além de oferecer oportunidades de capacitação especialmente aos jovens</p>	<p>Atuação para a qualidade de produtos e serviços</p> <p>Atuação em acesso a políticas públicas</p> <p>Fortalecimento de formas associativas e cooperativas</p> <p>Formação de lideranças de jovens</p> <p>Formação de lideranças de mulheres</p> <p>Atuação para a diversificação das atividades</p> <p>Atuação para a diversificação de produtos agrícolas</p>

Diagnóstico Geral	Estratégias	Linhas de Atuação
		Atuação visando a geração de renda
		Atuação visando o aumento da renda
		Fortalecimento de mercados para a agricultura familiar

G. Matriz de Diagnóstico e Planejamento - Produção Vegetal

Durante as oficinas dos DRP's realizados não foram mencionados o tema de produção vegetal, por isso não há Matriz de Diagnóstico e Planejamento no Tema Desenvolvimento Produção Vegetal

Panorama Geral: o município possui um potencial para produção de diversas culturas olerícolas, perenes e anuais, porém a produção hoje é destinada em sua maior parte para o autoconsumo. Uma das maiores dificuldades encontradas pelos agricultores é a falta de assistência técnica e de mercado para comercialização desses produtos.

Visão de Futuro: Um cenário de produção diversificada com quantidade e qualidade. Facilidade de comercialização e assistência técnica de qualidade.

6. REFERÊNCIAS

ALVARES, C. A.; STAPE, J. L.; SENTELHAS, P. C.; GOLÇALVES, J. L. M.; SPAROVEK, G. Köppen's climate classification map for Brasil. **Meteorologische Zeitschrift**, v. 22, n. 6, p. 711-728, 2014.

ATLAS BRASIL. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. **Índice de Desenvolvimento de Humano (IDH) de Iúna**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 14 de maio de 2020.

EMCAPA, 1999. **Mapa de unidades naturais**. <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20121211es01655_zonasnaturaisdoespiritosanto.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em 20 mai. 2020.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/universo-caracteristicas-da-populacao-e-dos-domicilios_>. Acesso em 18 mai. 2020.

_____. **IBGE Cidades 2020**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/iuna/panorama>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1552#resultado>>. Acesso em: 14 de Maio de 2020.

IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves. **Mapas por município**. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em 18 jan. 2020.

_____. - Coordenação de Estudos Sociais. Situação de pessoas extremamente pobres. Vitória: CES, 2019. 1 planilha eletrônica.

INCAPER. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Coordenação Técnica de Segurança Alimentar e Estruturação da Comercialização. **Cadastro de agroindústrias familiares do ES**. Vitória: CTESA, 2019. 1 planilha eletrônica.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto**. [2005]. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sade/EstratosAreaAreasFAM.asp>>. Acesso em 12 dez 2019.

PNUD, IPEA, FJP. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro 2010** / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/piuma_es>. Acesso em 15 mai. 2020.

Prefeitura de Iúna. **Ocupação do território do antigo rio pardo hoje Iúna**. Disponível em: <<http://www.iuna.es.gov.br/pagina/territorio.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2020.

SEAMA. Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. **Atlas da Mata Atlântica do Estado do Espírito Santo 2007 – 2008 / 2012 – 2015**. Cariacica – ES: IEMA, 2018.

Disponível em: <<https://seama.es.gov.br/Media/seama/Principal/Atlas-Mata-Atlantica-ES.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2020

PMI. Prefeitura Municipal de Lúna. SECULT Lúna - Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo de Lúna. **Informações Turísticas e Culturais de Lúna fornecidas pelo Setor de Cultura.** Lúna, Espírito Santo, dia 26 de maio de 2020. No prelo.

7. EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA

Andréia Alexandra De Abreu

Assistente de Suporte em Desenvolvimento Rural

Bacharel em Direito

Gabriel Graciliano Guzzo Rosa

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural

Engenheiro Florestal/MBA, em Biodiversidade e Sustentabilidade

Matheus Fonseca De Souza

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural/ Coordenador CELDR

Engenheiro Agrônomo/Mestre em Solos e Nutrição de Plantas

Túlio Luís Borges De Lima

Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural

Engenheiro Agrônomo

Mestre em Extensão Rural